

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

WANDERLEI BARBOSA CASTRO - *GOVERNADOR*

LAUREZ DA ROCHA MOREIRA - *VICE-GOVERNADOR*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SERGISLEI SILVA DE MOURA - *Secretário*

Secretaria Executiva do Planejamento e Orçamento

JOSÉ PEDRO DIAS LEITE - *Secretário Executivo*

Superintendência de Planejamento Governamental

ROMILDO LEITE DIAS - *Superintendente*

Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas

RODRIGO SABINO TEIXEIRA BORGES - *Diretor*

Gerência de Zoneamento Territorial

PAULO AUGUSTO BARROS DE SOUSA - *Gerente*

Equipe Técnica

ROMILDO LEITE DIAS - *Bacharel em Turismo - Especialista em Gerenciamento de Projetos*

LEANDRO ROEDER - *Bacharel em Ciências Econômicas*

RODRIGO SABINO TEIXEIRA BORGES - *Bacharel em Geografia - Mestre em Geografia*

BRUNO MOURE CÍCERO - *Bacharel em Ciências Econômicas - Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio*

PAULO AUGUSTO BARROS DE SOUSA - *Bacharel em Ciência da Computação - Mestre em Modelagem Computacional de Sistemas*

ALBANO CORDEIRO DA SILVA - *Bacharel em Geografia*

ISMAEL DE SOUZA LINO - *Bacharel em Engenharia Ambiental*

PEDRO DE SOUSA PINHEIRO - *Bacharel em Direito*

Maíra de Kássia Pedreira Pereira - *Bacharel em Geografia*

Capa

PÂMELA THEODORO GOMES - *ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO*

PATRICIA FERNANDA FREGONESI - *ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO*

Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN. Superintendência de Planejamento Governamental - SPG. Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas. Gerência de Zoneamento Territorial. Regiões de Planejamento do Estado do Tocantins. Palmas: SEPLAN/SPG, 2024. 292 p.

1. Regionalização. 2. Planejamento governamental. 3. Tocantins. 4. relatório. 5. mapas.

I. Tocantins. Secretaria do Planejamento e Orçamento. II. Superintendência de Planejamento Governamental. III. Título.

Secretaria do Planejamento e Orçamento

Superintendência de Planejamento Governamental

AANO - Esplanada das Secretarias, s/n, Centro

CEP: 77.001 - 002. Palmas - TO

Tel: (63) 3212.4454 - 3212.4495 - 3212.4494

E-mail: zee@seplan.to.gov.br



ESTADO DO TOCANTINS
Secretaria do Planejamento e Orçamento

REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS

Palmas, 2024.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS	6
LISTA DE MAPAS.....	7
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE GRÁFICOS	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TOCANTINS	13
3. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO REGIONAL.....	19
3.1. ANTIGO NORTE DO ESTADO DE GOIÁS.....	19
3.2. ESTADO DO TOCANTINS	20
3.3. PLANO PLURIANUAL	51
3.4. REGIÕES METROPOLITANAS	59
3.5. ZONEAMENTOS AMBIENTAIS	59
4. METODOLOGIA	63
4.1. PRINCIPAIS PONTOS DE INTERESSE - REGIC 2018.....	64
4.1.1. Fluxo Agropecuário	65
4.1.2. Rede de Cidades	66
4.2. HIERARQUIA URBANA NO TOCANTINS.....	68
4.3. LIGAÇÃO ENTRE AS CIDADES DO TOCANTINS	71
5. REGIONALIZAÇÃO DE PLANEJAMENTO	77
5.1. REGIONAIS DE PLANEJAMENTO	77
5.2. MACRORREGIONAIS DE PLANEJAMENTO	78
5.2.1. MACRORREGIONAL SUL.....	78
5.2.2. MACRORREGIONAL CENTRO.....	78
5.2.3. MACRORREGIONAL NORTE.....	79
6. PERFIL DAS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO	87
6.1. REGIONAL BICO DO PAPAGAIO	87
6.2. REGIONAL NORTE	93
6.3. REGIONAL MEIO NORTE.....	99
6.4. REGIONAL VALE DO ARAGUAIA.....	105
6.5. REGIONAL CENTRAL.....	111
6.6. REGIONAL JALAPÃO	118
6.7. REGIONAL SUL	124
6.8. REGIONAL SUDESTE.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
APÊNDICE 1	143

Quadros.....	143
APÊNDICE 2	213
Tabelas	213
ANEXO	283
Nota Explicativa 1.....	284
Nota Explicativa 2.....	286

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
AP - Arranjo Populacional
APA - Área de Proteção Ambiental
CGT - Centralidade da Gestão do Território
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CMGE - Comissão Municipal de Geografia e Estatística
DAIARA - Distrito Agroindustrial de Araguaína
Datusus - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
EaD - Educação a Distância
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ruraltins - Instituto de Desenvolvimento Rural
PAIG - Parque Agroindustrial de Gurupi
PAM - Produção Agrícola Municipal
PEVS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PIB - Produto Interno Bruto
PM - Polícia Militar
PPA - Planejamento Plurianual
PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal
RP - Regiões de Planejamento
REGIC - Regiões de Influência das Cidades
SEDUC - Secretaria da Educação
SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins
SESAU - Secretaria da Saúde
SUS - Sistema Único de Saúde
UHE - Usina Hidroelétrica
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Zonas Fisiográficas - 1960.....	21
Mapa 2. Rede Urbana - 1966.....	22
Mapa 3. Microrregiões Homogêneas - 1968.....	23
Mapa 4. Rede Urbana - 1978.....	24
Mapa 5. Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás - 1961/1965.....	25
Mapa 6. Plano de Ação - 1968/1970.....	26
Mapa 7. Diretrizes Gerais e Setoriais de Ação - 1975/1979.....	27
Mapa 8. Plano Global de Trabalho - 1984/1987	28
Mapa 9. Mesorregiões Geográficas - 1990.....	29
Mapa 10. Microrregiões Geográficas - 1990.....	30
Mapa 11. Rede Urbana - 1993.....	31
Mapa 12. Rede Urbana - 2007.....	32
Mapa 13. Região de Articulação Urbana Ampliada - 2013.....	33
Mapa 14. Região de Articulação Urbana Intermediária - 2013.....	34
Mapa 15. Região de Articulação Urbana Imediata - 2013	35
Mapa 16. Região Geográfica Imediata - 2017	37
Mapa 17. Região Geográfica Intermediária - 2017	38
Mapa 18. Rede Urbana - 2018.....	39
Mapa 19. Região de Articulação Urbana Ampliada - 2021.....	40
Mapa 20. Região de Articulação Urbana Intermediária - 2021	41
Mapa 21. Região de Articulação Urbana Imediata - 2021	42
Mapa 22. Regiões Administrativas - 1989a	43
Mapa 23. Regiões Administrativas - 1989b	44
Mapa 24. Regionalização Administrativa - 1989.....	46
Mapa 25. Regiões de Planejamento - 1992.....	47
Mapa 26. Regiões Programa - 1997	48
Mapa 27. Regiões Administrativas e Áreas Programa - 1999	49
Mapa 28. Regiões - 2004	50
Mapa 29. Plano Plurianual 2000-2003.....	52
Mapa 30. Plano Plurianual 2004-2007.....	53
Mapa 31. Plano Plurianual 2008-2011.....	54
Mapa 32. Plano Plurianual 2012-2015.....	55
Mapa 33. Plano Plurianual 2016-2019.....	56
Mapa 34. Plano Plurianual 2020-2023.....	57
Mapa 35. Plano Plurianual 2024-2027	58
Mapa 36. Regiões Metropolitanas de Palmas e Gurupi	60
Mapa 37. Geografia das Zonas do Tocantins - 1995.....	61

Mapa 38. Rede de Influência Intra-estadual - 2018.....	72
Mapa 39. Rede de Influência Inter-estadual - 2018.....	73
Mapa 40. Ligação entre Cidades - 2018.....	74
Mapa 41. Conexões Externas - 2018.....	75
Mapa 42. Regiões de Planejamento do Estado do Tocantins	80
Mapa 43. Rede de Influência Intra-estadual - 2018 - Regiões de Planejamento	81
Mapa 44. Rede de Influência Interestadual - 2018 - Regiões de Planejamento	82
Mapa 45. Ligação entre Cidades - 2018 - Regiões de Planejamento	83
Mapa 46. Ligação entre Cidades - 2018 - Regiões de Planejamento	84
Mapa 47. Macrorregiões de Planejamento do Estado do Tocantins	85
Mapa 48. Rede de Influência Intraestadual - 2018 - Macrorregiões de Planejamento.....	86
Mapa 49. Ligação entre Cidades - 2018 - Regional Bico do Papagaio	91
Mapa 50. Rede de Influência - 2018 - Regional Bico do Papagaio	92
Mapa 51. Ligação entre Cidades - 2018 - Regional Norte.....	97
Mapa 52. Rede de Influência - 2018 - Regional Norte.....	98
Mapa 53. Ligação entre Cidades - 2018 - Regional Meio Norte	103
Mapa 54. Rede de Influência - 2018 - Regional Meio Norte	104
Mapa 55. Ligação entre Cidades - 2018 - Regional Vale do Araguaia.....	109
Mapa 56. Rede de Influência - 2018 - Regional Vale do Araguaia.....	110
Mapa 57. Ligação entre Cidades - 2018 - Regional Central.....	116
Mapa 58. Rede de Influência - 2018 - Regional Central.....	117
Mapa 59. Ligação entre Cidades - 2018 - Regional Jalapão.....	122
Mapa 60. Rede de Influência - 2018 - Regional Jalapão	123
Mapa 61. Ligação entre Cidades - 2018 - Regional Sul	129
Mapa 62. Rede de Influência - 2018 - Regional Sul	130
Mapa 63. Ligação entre Cidades - 2018 - Regional Sudeste	136
Mapa 64. Rede de Influência - 2018 - Regional Sudeste	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação entre os grupos hierárquicos da gestão do território e a hierarquia urbana	68
Quadro 2. Hierarquia Urbana do Estado do Tocantins	69
Quadro 3. Múltiplas Subordinações de Municípios Tocantinenses	69
Quadro 4. Rede de Influência do Estado do Tocantins.....	70
Quadro 5. Ligação entre Cidades - Regional Bico do Papagaio	144
Quadro 6. Ligação entre Cidades - Regional Norte	156
Quadro 7. Ligação entre Cidades - Regional Jalapão	163
Quadro 8. Ligação entre Cidades - Regional Central	168
Quadro 9. Ligação entre Cidades Regional Meio Norte.....	175
Quadro 10. Ligação entre Cidades - Regional Sudeste.....	186
Quadro 11. Ligação entre Cidades - Regional Sul.....	196
Quadro 12. Ligação entre Cidades - Regional Vale do Araguaia	205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Bico do Papagaio segundo REGIC - 201889	
Tabela 2. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Norte segundo REGIC - 2018	94
Tabela 3. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Meio Norte segundo REGIC - 2018.....	101
Tabela 4. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Vale do Araguaia segundo REGIC - 2018	106
Tabela 5. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Central segundo REGIC - 2018.....	113
Tabela 6. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Jalapão segundo REGIC - 2018.....	119
Tabela 7. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Sul segundo REGIC - 2018	126
Tabela 8. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Sudeste segundo REGIC - 2018	133
Tabela 9. Produto Interno Bruto a preços correntes, classificação, Valor Adicionado (VA) por setor, Impostos, PIB per capita e VA da Administração Pública, segundo municípios - Tocantins - 2020	214
Tabela 10. População residente nos municípios do estado do Tocantins	225
Tabela 11. IDHM do Tocantins por Município - 2010	235
Tabela 12. Quantidade Produzida (Toneladas) de Grãos: Arroz, Milho e Soja - 2021	245
Tabela 13. Área Colhida (Hectares) de Grãos: Arroz, Milho e Soja - 2021.....	254
Tabela 14. Efetivo de Rebanho Bovino (Cabeças) por Municípios do Tocantins - 2020 e 2021	263
Tabela 15. Área Total Existente dos Efetivos da Silvicultura, por Espécie Florestal, referente aos Anos de 2020 e 2021.....	272

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Bico do Papagaio	88
Gráfico 2. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Norte	95
Gráfico 3. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Meio Norte	100
Gráfico 4. Destino a Produção de Bovinos de Corte na Regional Vale do Araguaia	107
Gráfico 5. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos na Regional Central	114
Gráfico 6. Destino da Produção de Soja na Regional Central	114
Gráfico 7. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Jalapão	120
Gráfico 8. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Sul	127
Gráfico 9. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Sudeste	134

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta uma nova regionalização para o planejamento governamental do Estado do Tocantins, no intuito de estabelecer um referencial geográfico para aperfeiçoamento das atividades de planejamento, monitoramento e implementação de políticas públicas em âmbito regional.

A regionalização do espaço geográfico como instrumento de planejamento governamental tem sido um grande desafio para governantes, técnicos e acadêmicos nas últimas décadas, dada as necessidades de desenvolvimento de políticas públicas, integração de ações setoriais e estímulo ao desenvolvimento e integração regional. A divisão regional é uma tarefa usualmente executada para a definição de base territorial institucionalizada para levantamento e divulgação de dados estatísticos. No contexto científico e acadêmico, é um exercício de conceitos, teorias e métodos que levem a um determinado modelo.

Desde a criação do Tocantins foram elaboradas diversas regionalizações. Entretanto, considerando-se que o território vem passando por processos muito intensos de transformação, é oportuna uma revisão dos modelos até então propostos para o estado. As diversas divisões de órgãos setoriais foram definidas mediante critérios voltadas para atendimento de suas necessidades específicas, portanto, sem parâmetros para atendimento de necessidades de planejamento global e regional. Por conseguinte, ocorre a falta de unicidade espacial comum a todos os órgãos públicos, dificultando ou mesmo inviabilizando a integração de ações setoriais quanto à regionalização do plano plurianual.

O maior desafio deste trabalho foi elaborar um modelo de regionalização útil e racional para planejamento de políticas públicas, que abarcasse tanto as referências conceituais usualmente utilizadas na divisão do espaço geográfico quanto os desafios, necessidades e potencialidades de cada região.

O trabalho tem também o propósito de estimular novos estudos sobre as questões regionais no Tocantins, com possibilidades de delinear as dinâmicas espaciais e territoriais, de forma a ampliar a capacidade de planejamento e integração das políticas públicas estaduais.

Para elaborar a presente regionalização houve a necessidade de identificar referências conceituais comumente utilizadas para recorte territorial para fins de planejamento, inventariar brevemente as propostas de divisão regional já elaboradas e sistematizar de forma simplificada as principais características do território.

Tais esforços tiveram por objetivo delinear um recorte espacial racional para apoiar o aperfeiçoamento do processo de planejamento estadual com base nas especificidades regionais, facilitando a integração das políticas setoriais, bem como maximizar a eficácia, a eficiência e a equidade na distribuição espacial de gastos e investimentos estaduais.

Importante salientar que diversos órgãos da administração direta e indireta do Executivo Estadual adotam diferentes subdivisões físico-regionais para operacionalizar suas funções ^[1]. A presente proposta de regionalização deverá orientar a aplicação das políticas setoriais em nível de gestão do planejamento, adequando-se às diferentes subdivisões físico-regionais dos órgãos em conformidade com sua atuação nos municípios. Deste modo, não haverá prejuízo às regionalizações setoriais pre-existentes.

^[1] Com referência às subdivisões físico-regionais do Executivo Estadual, exemplifica-se a Secretaria da Saúde - SESAU, cuja estrutura regional baseia-se em *Regiões de Saúde*, que têm por finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. Como outros exemplos de instituições com regionalizações setoriais elencam-se: a Secretaria da Educação - SEDUC, estruturada em *Delegacias Regionais de Ensino*; Polícia Militar - PM, desdobrados em *Comandos Regionais de Policiamento*; e Instituto de Desenvolvimento Rural - Ruraltins, estruturado em *Escritórios Regionais*.

No cenário dinâmico da administração pública, uma análise aprofundada da regionalização territorial não se limita apenas à definição de estratégias gerais. Nesse contexto, a compatibilização entre a nova estrutura regional proposta e as políticas setoriais existentes emerge como uma questão central.

Esse processo de compatibilização não implica em uma uniformização das estratégias, mas sim na busca por uma articulação coerente e eficaz entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade civil. Atender às demandas específicas de cada região através de uma abordagem colaborativa e integrada é essencial para garantir o desenvolvimento equitativo de todas as regiões do estado.

Além da análise dos ambientes natural, econômico e social e das forças polarizadoras e rede de cidades que estruturam o território, deve-se levar em conta que o processo de regionalização implica também a alocação dos recursos segundo objetivos regionais e setoriais.

No debate teórico, mesmo estabelecendo critérios para definir a regionalização pretendida, é possível que na organização e hierarquização de diferentes tamanhos de territórios ocorram distorções nas relações inter-regionais, principalmente relacionadas às necessidades de execução de determinados serviços públicos.

A eficácia das políticas setoriais, como saúde e educação, muitas vezes depende da capacidade de adaptação às particularidades locais, o que pode requerer abordagens diferenciadas de acordo com as características socioeconômicas, culturais e geográficas de cada área, evitando conflitos de interesse e maximizando os benefícios para a população.

Portanto, as demais regionalizações que se fizerem necessárias para o cumprimento de objetivos legislativos, devem ser consideradas independentes da regionalização para os processos de planejamento estratégico estadual, tendo em vista que suas necessidades e dinâmicas específicas nem sempre coincidem com as demais áreas de planejamento. Isso garante uma abordagem mais precisa e eficaz para atender às demandas da população em diferentes regiões.

Isso não tira o poder regulatório do Estado na definição das políticas setoriais em determinada parte do território, mesmo que este reconheça a necessidade de flexibilidade e adaptação às demandas específicas de cada região. Assim, a busca por uma abordagem integrada e colaborativa não apenas fortalece a governança regional, mas também reafirma o compromisso do Estado em promover o bem-estar e o progresso de todas as suas regiões, assegurando que nenhum segmento da população seja deixado para trás.

Este documento está estruturado em seis seções, contando-se com essa Introdução. A seção 2 contém uma síntese sobre os principais aspectos geográficos que definem o território tocantinense. Na seção 3 tem-se um breve panorama das regionalizações elaboradas no espaço geográfico do Tocantins em nível federal e estadual. Na seção 4 discorre-se sobre a abordagem metodológica da regionalização. A proposta de regionalização para o planejamento está sucintamente disposta na seção 5. A seção 6 contém a caracterização geográfica e socioeconômica de cada região. Na parte final estão contidos em apêndice e anexo os dados sistematizados e as notas técnicas sobre os insumos técnicos, bem como as referências bibliográficas.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TOCANTINS

O estado do Tocantins está localizado na região Norte do Brasil, tendo por limites os estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. A maior parte de seu território pertence à Amazônia Legal (terras situadas ao norte da latitude Sul de 13° 00' e a longitude Oeste de 46° 30'). Em termos político-administrativos, é constituído por 139 municípios com seus centros urbanos administrativos e 18 distritos. Possui uma superfície de 277.423,627 km², com população de 1.511.459 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, resultando em uma densidade demográfica de 5,45 habitantes/km². Os municípios mais populosos são Palmas, capital estadual, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, que concentram 44 % dos habitantes no estado.

2.1. Aspectos Fisiográficos

O clima possui características do tipo Tropical Típico abrangendo três subtipos climáticos - Subúmido seco (C1), Subúmido (C2) e Úmido (B1)^[2], marcados por altas temperaturas durante todo o ano e duas estações bem definidas, chuvosa entre outubro a abril, e seca entre maio a setembro. As precipitações médias anuais situam-se entre 1.150 e 1.800 mm, sendo maiores nas faixas noroeste e oeste do território e menores no sudeste e extremidade leste. A temperatura média mensal situa-se em torno de 25° C na maior parte do estado (SEPLAN, 2020).

O Tocantins apresenta variações na altitude, que de forma geral, decresce de norte para sul e de leste para oeste. Predominam paisagens com topografia plana em altitudes médias de 400 metros acima do nível do mar (SEPLAN, 2012). Os terrenos mais elevados (800 a 1200 metros) estão posicionados nos complexos montanhosos a sul e nos chapadões a leste. Destaca-se a sul o ponto culminante do estado, Serra das Traíras ou das Palmas, com 1.340 metros acima do nível do mar. Em sentido oposto, o ponto menos elevado do estado (90 metros) localiza-se a norte, na confluência dos rios Tocantins e Araguaia. Nos vales dos rios Araguaia e Tocantins e na planície fluvial da Ilha do Bananal a altitude média situa-se abaixo de 200 metros.

O estado do Tocantins se estende sobre a Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia. Nestes dois principais sistemas hidrográficos há 30 sub-bacias (SEPLAN, 2012). O Sistema Hidrográfico do Araguaia, posicionado a oeste, é composto por 16 bacias hidrográficas e abrange 37,7% do território. O Sistema Hidrográfico do Tocantins, a leste, é composto por 14 bacias hidrográficas, englobando 62,3% do território estadual.

O sistema hidrográfico apresenta importância fundamental no contexto econômico estadual, tanto pelo seu expressivo potencial hidroenergético, quanto pela favorabilidade à expansão agrícola irrigada. Além disso, outras atividades econômicas se beneficiam do potencial hídrico, como a pesca e aquicultura, e o turismo. Apesar da grande extensão de trechos de rios navegáveis, não há navegação em escala comercial expressiva, sendo o transporte de cargas realizado, principalmente, por rodovias e ferrovia.

O relevo do estado está hierarquizado em quatro domínios geomorfológicos (SEPLAN, 2012), intimamente vinculados à conformação da estrutura geológica subjacente e modelados pela ação do clima e da hidrologia. O predomínio da orientação meridional dos domínios geomorfológicos no Tocantins se reflete na orientação norte-sul dos dois principais rios do estado, o Tocantins e o Araguaia, e também da maioria das serras e chapadas.

As Bacias Sedimentares e Coberturas Inconsolidadas (43,9% do estado) se estendem ao longo de toda a

^[2] Conforme Thornthwaite e Mather (1955), utilizado em SEPLAN (2020).

porção oriental do território, quase que exclusivamente na Bacia do Rio Tocantins (partes central e leste do estado), exceto no norte do Tocantins onde se encontram unidades de relevo contidas na Bacia do Rio Araguaia. Em parte desse domínio geomorfológico, o relevo apresenta chapadas e chapadões associados a vales planos, a exemplo das paisagens do Parque Estadual do Jalapão e da Estação Ecológica da Serra do Tocantins.

Os Depósitos Sedimentares Inconsolidados (12,9% do estado) possuem maior extensão contínua na planície dos rios Araguaia e Javaés (sudoeste do estado), onde são relacionados à dinâmica de sedimentação da Ilha do Bananal. Ocorrem também em trechos ao longo do rio Tocantins, associados a modelados de planície e terraço fluviais. Nesse domínio geomorfológico foram criadas duas unidades de conservação de proteção integral - Parque Nacional do Araguaia e Parque Estadual do Cantão - e Parque Indígena do Araguaia.

Os Embasamentos em Estilos Complexos (18,4% do estado) estão localizados no centro-sul do estado, em terrenos antigos formados por rochas de maior resistência; o relevo é predominantemente plano e suave ondulado, além de planaltos que se elevam no horizonte. Neste domínio encontram-se importantes depósitos minerais metálicos e não metálicos.

As Faixas de Dobramentos e Coberturas Metassedimentares (24,8% do estado) se alongam a oeste do estado, representadas pela Depressão do Médio Araguaia, importante área de pecuária no Tocantins e por conjuntos de serras que constituem os divisores das bacias do Araguaia e do Tocantins. No sul e sudeste ocorrem relevos mais acidentados e elevados como a Serra da Natividade e a Serra das Traíras. Neste domínio geomorfológico há registro de ocorrências minerais com potencial econômico, como níquel e cristal de rocha.

O conjunto de características geológicas associadas às condições de relevo suave e clima quente, alternando ciclos de seca e chuvas intensas, propiciaram condições para formação de solos intemperizados com predominância de textura arenosa e argilo-arenosa.

Os tipos de solos predominantes no estado são os Plintossolos (35%), Neossolos (25%), Argissolos (12%) e Latossolos (20%) - SEPLAN (2012); SEFAZ (2020). Os Plintossolos ocorrem de forma destacada no oeste e centro do Tocantins, sendo comumente utilizados para atividade pecuária. Os Latossolos são encontrados em diversas áreas, com maiores ocorrências no sudoeste, centro e norte do estado, sendo empregados na cultura de grãos e em pastagens plantadas destinadas à pecuária intensiva para gado de corte. Os Argissolos concentram-se no noroeste do território, onde são usualmente destinados em pastagens voltadas à pecuária intensiva, e no centro sul do estado, onde também são usados na agricultura. Os Neossolos possuem expressiva abrangência espacial no centro leste do território, especialmente na bacia do Tocantins, com maior utilização pela atividade pecuária e silvicultura.

O território tocantinense engloba um gradiente climático - com variações de temperatura, precipitação pluviométrica e déficit hídrico - associado à diversidade geológica e de solos, que proporcionou a formação de diversas fitofisionomias vinculadas aos biomas Cerrado e Amazônico.

As formações vegetais podem ser classificadas segundo três regiões fitoecológicas principais, além de áreas de contato e enclave entre as mesmas (SEPLAN, 2013). A Região Fitoecológica do Cerrado recobre cerca de dois terços do estado, apresentando formações de estrutura campestre (campos limpos e sujos), savânica (cerrado ralo, cerrado denso, cerrado rupestre, cerrado típico e veredas) e florestal (cerradão). Cada fitofisionomia possui características específicas e ocorre em níveis distintos

na paisagem.

A Região Fitoecológica da Floresta Estacional abrange fitofisionomias que ocorrem tanto em áreas mais baixas (mata de galeria, mata ciliar, ipuca, floresta estacional aluvial) quanto elevadas de serras e colinas (mata seca decídua e semidecídua).

Correspondendo a parte tocantinense do bioma Amazônico, a Região da Floresta Ombrófila desenvolveu-se principalmente no vale do Rio Araguaia, norte e noroeste do estado. As árvores nesta fitofisionomia podem atingir de 30 a 40 metros de altura. Ocorre nos ambientes tropicais com alta temperatura e alta precipitação, bem distribuídos ao longo do ano. Devido ao valor econômico dessas terras e aos incentivos fiscais do Governo Federal, a partir do final dos anos 1960, uma parcela considerável das florestas foi transformada em pastagens plantadas, sustentando uma vigorosa pecuária de corte.

A noroeste do estado ocorrem contatos de vegetação florestal ombrófila e estacional, formando os chamados ecótonos que, por sua vez, têm alta taxa de endemismo e ocorrência de espécies raras. Registram-se também no Tocantins áreas de encrave entre tipologias vegetais do Cerrado e da Floresta Estacional; geralmente ocorrem em terrenos dissecados em que a floresta ocupa as encostas inferiores, enquanto que o Cerrado se posiciona nos topos do relevo.

2.2. Dinâmica Socioeconômica

A dinâmica de povoamento do território atualmente correspondente ao estado do Tocantins é historicamente demarcada pelas atividades de subsistência dos povos originários desde tempos imemoriais. Sequencialmente, um tênue e esparso processo de penetração de migrantes no território foi estimulado pela pecuária extensiva, utilizando-se as gramíneas nativas do Cerrado. Porém, tal expansão não foi capaz de criar núcleos populacionais no antigo Norte de Goiás (FEITOSA, 2011; CICERO, 2014).

Apenas com a expansão do surto minerador do século XVIII, a migração para o antigo norte goiano se intensificou, criando os primeiros núcleos de povoamento ao longo das margens do Rio Tocantins. Tais núcleos se organizavam como pontos de apoio da extração do ouro de aluvião, que por sua característica e a limitação técnica para sua exploração, se organizava em acampamentos migratórios ao longo das margens dos rios, em busca do ouro sedimentado em seus leitos (CICERO, 2014).

Com o declínio do ciclo do ouro, os núcleos populacionais que se instalaram no antigo norte goiano passaram a experimentar um processo de esvaziamento, onde a população remanescente passou a transitar para uma economia de subsistência. Essa condição de quase total esquecimento se manteve até meados do século XX, momento em que o Governo Federal iniciou o planejamento de estratégias de desenvolvimento regional para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro (CICERO, 2014).

Tais medidas se intensificaram como um processo de desconcentração produtiva, em parte fomentada pelo avanço do processo de industrialização que o país estava promovendo à época. O cenário evidenciou uma necessidade de investimento em infraestrutura e intensificação das dinâmicas capitalistas de produção na periferia nacional (CICERO, 2014).

Seguindo o diagnóstico de profundo atraso do antigo norte goiano, diversos projetos foram implementados pelo Governo Federal para impulsionar a colonização do norte do país, acompanhado

pela expansão da malha viária, especialmente por meio da construção da rodovia Transbrasiliana, atual BR-153. Essa rodovia, fundamental para o escoamento da produção agropecuária, consolidou estratégias de exploração regional, suplantando os métodos de produção em pequena escala e extrativismo, que eram característicos das comunidades tradicionais da área.

Posteriormente, várias dessas comunidades prosperaram nas proximidades da BR-153, alcançando status de municípios autônomos, fortalecendo assim a tendência de ocupação e desenvolvimento territorial impulsionada pela conexão norte sul. Este corredor atualmente abriga algumas das áreas mais densamente povoadas do estado do Tocantins, e corta cinco dos dez municípios mais populosos: Araguaína, Gurupi, Guaraí, Paraíso do Tocantins e Colinas do Tocantins.

Os municípios localizados a leste, na divisa com os estados da Bahia, Piauí e Maranhão, apresentam menor densidade populacional, com contribuições mais modestas para o Produto Interno Bruto (PIB) estadual e índices mais baixos de prosperidade social. No entanto, em certas áreas de terreno plano, oriundas de formações rochosas sedimentares, é praticada uma agricultura mecanizada intensiva focada no cultivo de grãos, com variedades de plantas adaptadas às condições climáticas e ao déficit hídrico da região.

A partir do eixo longitudinal da BR-153, diversos trechos transversais e diagonais de rodovias federais e estaduais estabelecem conexões. A BR-226 se estende para nordeste, a TO-226 corta o estado latitudinalmente, enquanto a BR-242 conecta o sudeste ao sudoeste. A BR-153 também se cruza com a TO-080, que conecta à capital Palmas, de onde partem importantes vias estaduais, como a TO-010 rumo ao norte, a TO-040 em direção ao sudeste, e a TO-050 ao sul. No entanto, o sistema rodoviário ainda necessita de continuidade em determinadas áreas para um escoamento eficiente da produção, com alguns trechos necessitando pavimentação ou construção, especialmente oito sedes municipais situadas no leste de Tocantins, que ainda carecem de acesso rodoviário asfaltado.

Quanto à malha ferroviária no Tocantins, integra-se à Estrada de Ferro EF-151, ligando Açailândia, no Maranhão, a Porto Seco, em Anápolis, Goiás, atravessando o estado no sentido Norte-Sul. Além de facilitar o transporte de carga, alguns pátios ferroviários como Palmeirante, Guaraí, Porto Nacional e Gurupi funcionam como terminais intermodais, aumentando a eficiência no transporte de produtos pela ferrovia até o Porto de Itaquí, no Maranhão.

A área mais dinâmica situa-se no centro do estado, impulsionada principalmente pelos eixos de infraestrutura rodoviária e ferroviária e pela interligação entre os principais municípios. As relações inter-estaduais estão fortemente ligadas às atividades do setor primário, com destaque para a agricultura (milho e soja) no leste, agropecuária no sul e sudoeste, e pecuária no norte.

A economia do Tocantins apresenta significativas regionalidades, que revelam a expressão de suas potencialidades e vocações (SEFAZ, 2020). De acordo com dados do IBGE, ao longo das décadas de 2000 e 2010, além da pecuária e do cultivo de arroz no sudoeste, que são atividades tradicionais, a agropecuária ampliou sua participação, principalmente devido à expansão das plantações de soja no leste e sul, cana-de-açúcar e milho no nordeste, e atividades relacionadas ao reflorestamento no norte, assim como pesca e aquicultura no sul. Por sua vez, a produção de bovinos, concentrada no sudoeste e noroeste, quase dobrou, enquanto a produção de aves, concentrada no norte, mais que quadruplicou. Esses fatores contribuíram para fortalecer a estrutura agropecuária do estado, impulsionando a cadeia produtiva de carnes.

Além disso, houve aumento na capacidade produtiva das indústrias em Tocantins, impulsionado por

investimentos recentes, como unidades de esmagamento de soja em Porto Nacional e Santa Rosa do Tocantins. Novos setores econômicos também ganharam destaque, como a fabricação de biocombustíveis em Pedro Afonso e de cimento em Xambioá. A expansão da silvicultura, especialmente com o cultivo de eucalipto, tem sido um fator significativo na economia, atraindo investimentos para o plantio de árvores destinadas à produção de celulose e também na aquisição de reflorestamentos já estabelecidos no estado. Embora esses setores ainda tenham uma representação modesta, eles apresentam uma tendência de crescimento (SEFAZ, 2020).

Ainda nos estágios iniciais, a diversificação dos produtos exportados pelo estado sinaliza um processo em desenvolvimento que merece atenção. Atualmente, a soja e os produtos de origem animal, como carne bovina, são os mais significativos, tendo a China e a União Europeia como principais destinos das exportações.

Em 2020, o Produto Interno Bruto do Tocantins alcançou o valor de R\$ 43,6 bilhões, sendo que apenas cinco municípios - Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Gurupi e Paraíso do Tocantins - representaram quase metade (49%) de todos os bens e serviços finais produzidos neste ano pelo estado, bem como 44% da população estadual. Por outro lado, os 50 municípios com os menores PIB's do Tocantins participam com apenas 6,5% da economia estadual, representando apenas 10,1% da população total.

Os vazios demográficos e econômicos existentes no espaço geográfico se refletem na disparidade de desenvolvimento econômico e indicadores sociais dos 139 municípios tocaninenses. A redução das desigualdades regionais depende de estratégias de desenvolvimento sustentável integradas, por meio do aproveitamento racional das potencialidades regionais, da integração das políticas setoriais e da reorientação das atividades e investimentos estaduais, quando constatada a necessidade.

3. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO REGIONAL

O espaço geográfico correspondente ao estado do Tocantins foi objeto de diversos estudos e propostas de regionalização com propósitos de planejamento governamental, gestão territorial e elaboração de políticas públicas. Ao longo do tempo, as divisões regionais variaram com as diversas concepções metodológicas e propósitos técnicos, institucionais e políticos, bem como o processo contínuo de reestruturação do território brasileiro e de expansão de suas redes de articulação econômica, técnica e político-institucional.

Entre 1960 e 2022 foram identificados 22 estudos e propostas de regionalização em nível federal e estadual. Também foram elencadas duas regionalizações oriundas de leis estaduais complementares, que criaram regiões metropolitanas. Foram espacializadas regionalizações utilizadas como base para elaboração do Plano Plurianual (PPA) do Estado considerando-se, a partir do PPA 1992-1995, sete recortes distintos. Por fim, foram elencados sete zoneamentos ambientais no território.

3.1. ANTIGO NORTE DO ESTADO DE GOIÁS

Anteriormente à constituição do Tocantins enquanto unidade federativa foram identificados quatro estudos conduzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esses trabalhos resultaram em diferentes regionalizações no então Norte Goiano: (i) Zonas Fisiográficas, publicado em 1960 (IBGE, 1960), em que o então norte de Goiás, correspondente atualmente ao Tocantins, era conformado por quatro Zonas Fisiográficas: Norte Goiano (Médio Tocantins), Paranã, Alto Tocantins e Araguaia Tocantins (Bico do Papagaio); (ii) Microrregiões Homogêneas, publicado em 1970 (IBGE, 1970), onde para o norte de Goiás, foram definidas quatro Microrregiões Homogêneas: Extremo Norte Goiano (345), Baixo Araguaia Goiano (346), Tocantins Pedro Afonso (348), Médio Tocantins Araguaia (349) e Alto Tocantins (350); (iii) "Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas", delineando a configuração da rede urbana em 1966 (IBGE, 1972); e (iv) "Região de Influência das Cidades" (IBGE, 1987), com análise hierárquica da rede urbana de 1978. Esses trabalhos foram representados nos Mapas 1, 2, 3 e 4.

O estado de Goiás elaborou pelo menos quatro regionalizações com objetivos administrativos, antes da transformação da sua porção norte no estado do Tocantins. Essas regionalizações foram representadas por meio dos Mapas 5, 6, 7 e 8. Por meio da análise de Salgado (2012), foi realizado breve contexto. A primeira proposta foi elaborada por meio do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (1961-1965). Para delimitar as regiões utilizaram-se critérios de homogeneidade apoiado nas estimativas de renda e produto interno. Foram criadas seis Regiões: Norte (que abrangia o atual Tocantins), Planalto, Mato Grosso de Goiás, Goiânia, Estrada de Ferro e Sudoeste. A segunda regionalização foi constituída por meio do Plano de Ação do Governo (1968-1970). As regiões constituíam-se de agrupamentos de municípios contíguos, com índices de progresso socioeconômico semelhantes e polarizados por um mesmo centro urbano. Para construir o diagnóstico do desenvolvimento estadual, foram delimitadas 16 regiões: Extremo Norte, Araguaia, Nordeste, Bananal, Palma, Crixá-Assu, Tocantzinho, Leste, Rio Vermelho, Mato Grosso de Goiás, Planalto, Alto Araguaia, Sudoeste, Meia Ponte, Estrada de Ferro e Paranaíba; as cinco primeiras correspondiam ao atual Tocantins.

A terceira proposta foi elaborada por meio das Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação (1975-1979), cuja estratégia política territorial foi voltada para diminuição do desequilíbrio regional. Para efeito de diagnóstico, o estado foi dividido em sete regiões: Norte, Noroeste, Nordeste, Leste, Centro-Oeste, Sudoeste e Sul; dentre essas, as três primeiras abrangiam o atual Tocantins. Por fim, na quarta regionalização, definida por intermédio do Plano Global de Trabalho (1984-1987), o estado de Goiás foi dividido em 20 regiões: Tocantinópolis, Araguaína, Guaraí, Gurupi, Campos Belos, Goiás, Porangatu, Alvorada do Norte, Ceres, Formosa, Inhumas, Anápolis, Caiapônia, São Luiz dos Montes Belos, Goiânia,

Pires do Rio, Jataí, Rio Verde, Morrinhos e Catalão. Neste trabalho, abrangiam o atual território tocantinense, as regiões de Tocantinópolis, Araguaína, Guaraí e Gurupi, além de polígono não regionalizado que englobava partes de Porto Nacional e leste (Jalapão).

3.2. ESTADO DO TOCANTINS

A partir da criação do estado do Tocantins foram identificados outros 14 trabalhos.

No ano de 1990, o IBGE publicou novo trabalho de regionalização em que o modelo parte de determinações amplas da totalidade nacional, sendo as Unidades da Federação tomadas como universo de análise e, posteriormente, por divisões regionais sucessivas por meio de mesorregiões e microrregiões geográficas (IBGE, 1990). O recém-criado estado do Tocantins foi dividido em Mesorregião Ocidental do Tocantins, composto pelas Microrregiões Bico do Papagaio, Araguaína, Miracema do Tocantins, Rio Formoso e Gurupi; e Mesorregião Oriental do Tocantins, composta pelas Microrregiões Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis (Mapas 9 e 10).

Em 2000, o IBGE publica novo estudo sobre a rede urbana brasileira, hierarquia dos centros urbanos e suas áreas de influência, no estudo “Regiões de Influência das Cidades 1993” (IBGE, 2000). O estudo destacou o papel das redes para viabilizar a circulação e comunicação em diversos níveis de intensidade dos diversos pontos (fixos), bem como os movimentos articulados que ocorrem sobre o território (fluxos) em diversas direções, impulsionados por relações sociais. A análise foi relativa a dados de 1993. De acordo com SEPLAN (2016), em 1993, enquanto a capital Palmas ainda ocupava um modesto lugar na classificação da hierarquia urbana, sendo classificada como Centro Urbano de Nível Médio, a cidade de Araguaína atingia a classificação mais alta entre os centros urbanos do novo estado, sendo definida como Centro Urbano de Nível Forte (Mapa 11). Outro centro urbano tocantinense classificado de forma relevante era a cidade de Gurupi, tipificada como Centro Urbano de Nível Forte para Médio. As cidades de Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Guaraí foram classificadas como Centros Urbanos de Nível Médio.

No ano de 2008, o IBGE publicou nova atualização das Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2008). No trabalho foi realizada hierarquização dos centros urbanos e delimitadas suas regiões de influência a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões, demarcando os nós das redes hierárquicas que influenciam os demais centros urbanos. A análise foi referente a dados de 2007. De acordo com SEPLAN (2016), em 2007 Palmas ocupou a primazia na hierarquia urbana dos centros urbanos no Tocantins, sendo classificada como Capital Regional B, seguida das cidades de Araguaína, classificada como Capital Regional C e, Gurupi, tipificada como Centro Sub-regional B. Sequencialmente, outros 6 municípios foram classificados como Centro de Zona A: Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Colinas do Tocantins e Tocantinópolis (Mapa 12).

Tendo por base o arcabouço conceitual metodológico desenvolvido no REGIC 2007 (IBGE, 2008), o IBGE elaborou a Divisão Urbano-Regional (IBGE, 2013), que fornece uma visão regional do país a partir dos fluxos articulados por sua rede urbana. O estudo identificou Regiões de Articulação Urbana em três escalas: Ampliada (nível 1), Intermediárias (nível 2) e Imediatas (nível 3). Todas as regiões identificadas são formadas a partir de uma cidade que comanda a sua região, estabelecendo-se relacionamentos entre agentes e empresas nos respectivos territórios. O estado do Tocantins compreende as Regiões Ampliadas dos APs de Goiânia, Brasília, Salvador e Fortaleza; Regiões Intermediárias de Palmas, Araguaína, Gurupi, Brasília, Barreiras e Imperatriz; e Regiões Imediatas de Araguaína, Araguaína, Barreiras, Campos Belos, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Imperatriz, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Redenção e Tocantinópolis (Mapas 13, 14 e 15).

No ano de 2017 o IBGE atualizou o modelo de regionalização do país por meio da divisão em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. As Regiões Geográficas tem como principal elemento de referência a rede urbana, estruturada a partir de centros urbanos próximos para satisfação das necessidades imediatas da população; as Regiões Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Intermediárias por meio de fluxos de gestão e funções urbanas mais complexas (IBGE, 2017) . O estado do Tocantins foi dividido em Região Geográfica Intermediária de Gurupi, composta pelas Regiões Geográficas Imediatas de Gurupi e Dianópolis; Região Geográfica Intermediária de Palmas, composta pelas Regiões Geográficas Imediatas de Palmas, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Miracema do Tocantins; e Região Geográfica Intermediária de Araguaína, composta pelas Regiões Geográficas Imediatas de Araguaína, Guaraí, Colinas do Tocantins e Tocantinópolis (Mapas 16 e 17).

A última atualização das *Regiões de Influência das Cidades - 2018* foi publicada em 2020 (IBGE, 2020). O trabalho define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados, mantendo a base teórico-metodológica do trabalho realizado em 2007 (IBGE, 2008), com aprimoramentos em procedimentos e acréscimo de temas relacionados à rede urbana brasileira. A análise foi referente a dados de 2018. Nesse ano, Palmas mantém a primazia na hierarquia urbana dos centros urbanos no Tocantins, sendo classificada como Capital Regional B, seguida das cidades de Araguaína, classificada como Capital Regional C e Gurupi, que passa ser tipificada como Centro Sub-Regional A. Sequencialmente, outros dois municípios foram reclassificados como Centro Sub-Regional B: Porto Nacional e Paraíso do Tocantins (Mapa 18).

No ano de 2021 foi publicado o novo modelo da Divisão Urbano-Regional do Brasil (IBGE, 2021), atualizando o recorte elaborado em 2013. O processo de regionalização é fruto dos resultados da pesquisa *Regiões de Influência das Cidades - 2018* (IBGE, 2020) e elaborado a partir da definição de critérios que distinguem as Regiões de Articulação Urbana, tendo como base a rede urbana brasileira, a hierarquia de seus centros e suas áreas de influência. O estudo identificou e delimitou, em nível nacional, as três escalas de Regiões de Articulação Urbana - a Ampliada, a Intermediária e a Imediata (Mapas 19, 20 e 21) - e reconhece, no interior das Regiões Imediatas, subnúcleos que compartilham funções de apoio à gestão e de fornecimento de bens e serviços, de modo complementar aos Núcleos das Regiões de Articulação Urbana Imediatas.

As regionalizações orientadas ao planejamento executadas por órgãos do Executivo Estadual do Tocantins foram elaboradas entre 1989 e 2004.

A primeira regionalização definida pela administração estadual foi institucionalizada por meio do Decreto Estadual nº 47/89, de 2 de janeiro de 1989 (Tocantins, 1989a), e integrada na estrutura organizacional básica da então Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral. Foram criadas 12 Regiões Administrativas abrangendo os 79 municípios existentes. No referido ato legal foram definidas as sedes das Regiões criadas: Araguatins, Tocantinópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi, Dianópolis, Taguatinga e Arraias (Mapa 22).

No ano de 1989 a administração estadual elevou de 12 para 15 as Regiões Administrativas, por meio do Decreto Estadual nº 791/89, de 15 de maio de 1989 (Tocantins, 1989b). Foram mantidas as 12 sedes das regiões criadas pelo ato anterior e acrescidas 3 novas sedes: Axixá do Tocantins, Natividade e Alvorada do Tocantins (Mapa 23).

Ressalta-se que algumas Regiões Administrativas criadas por meio dos Decretos Estaduais nº 47/89 e 791/89 não possuíam contiguidade espacial.

Ainda no ano de 1989, a Assessoria de Planejamento elaborou uma proposta alternativa para Regionalização Administrativa do Tocantins, por meio do documento *Relatório sobre o Processo de Regionalização Administrativa* (ASPLAN, 1989). As regiões propostas foram encaradas como regiões para o planejamento estadual e foram definidas com base em parâmetros de homogeneidade do ponto de vista intrarregional e parâmetros heterogêneos do ponto de vista inter-regionais. Os parâmetros considerados foram continuidade geográfica dos municípios da mesma região, similaridade das atividades produtivas dominantes, identidade em relação ao processo histórico de povoamento, existência de vias de comunicação e relativo equilíbrio em termos de área territorial. Segundo a proposta da Asplan (1989), a *Regionalização Administrativa* do Tocantins seria composta por 10 regiões: Extremo Norte, Norte, Nordeste, Noroeste, Central, Leste, Sudoeste, Centro-Sul, Médio Sudeste e Sudeste (Mapa 24).

No ano de 1992, por meio do documento *Tocantins: Realidade e Perspectivas* (Tocantins, 1992), foi proposta a regionalização por áreas denominadas *Regiões de Planejamento - RP*. Foram utilizados como critérios de agregação regional e hierarquização municipal a área, população, arrecadação de impostos (Fundo de Participação dos Municípios - FPM), número de consumidores de energia elétrica, densidade demográfica e a distância entre as cidades-polo; considerou-se também a perspectiva de integração dos centros urbanos situados nos limites do estado. Foram definidas oito *Regiões de Planejamento*: Tocantinópolis (RP1), Araguaína (RP2), Guaraí (RP3), Paraíso do Tocantins (RP4), Palmas (RP5), Porto Nacional (RP6), Gurupi (RP7) e Dianópolis (RP8), visualizadas no Mapa 25.

No ano de 1997 foi elaborada a regionalização em *Regiões Programa* (SEPLAN, 1997). Realizada com base em critérios de homogeneidade de formação histórica e base econômica, consideração de aspectos físicos que definem uma paisagem natural específica, contiguidade entre municípios, conectividade interna entre as sedes municipais e equilíbrio entre regiões quanto à dimensão territorial e, na medida do possível, quanto ao coeficiente populacional. Foram definidos 10 *Regiões Programa*: I - Extremo Norte (Bico do Papagaio), II - Norte, III - Noroeste, IV - Nordeste, V - Centro-Oeste, VI - Central, VII - Leste (Jalapão), VIII - Sudoeste (Ilha do Bananal), IX - Sul e X - Sudeste - Mapa 26.

No ano de 1999 foi elaborada a regionalização segundo *Regiões Administrativas e Áreas Programa*, publicada nos documentos “*Atlas do Tocantins: Subsídios ao Planejamento da Gestão Territorial*” (Seplan, 1999) e “*Tocantins 2020*” (Seplan, 1999). A partir de 2005 a regionalização foi renomeada como *Áreas Programa* (Seplan, 2005). Os agrupamentos foram definidos com base em critérios de contiguidade, homogeneidade interna, consideração de aspectos físicos da paisagem natural e formação histórica. Conforme determinação governamental, foram definidas 18 *Regiões Administrativas e Áreas Programas*: I - Araguatins, II - Augustinópolis, III - Tocantinópolis, IV - Xambioá, V - Araguaína, VI - Colinas do Tocantins, VII - Goiatins, VIII - Guaraí, IX - Metropolitana de Palmas, X - Pedro Afonso, XI - Paraíso do Tocantins, XII - Novo Acordo, XIII - Natividade, XIV - Gurupi, XV - Dianópolis, XVI - Paranã, XVII - Arraias e XVIII - Taguatinga, espacializadas no Mapa 27

Em 2004, foi elaborada nova divisão regional, por intermédio do documento “*Guia de Incentivos: Oportunidades de Negócios no Tocantins*” (Seplan, 2005). Segundo a publicação, o Governo desempenha importante papel na promoção do desenvolvimento sustentável, incentivando a especialização regional e contribuindo para a atração de novos investimentos produtivos e sua expansão ao longo do território, integrando as regiões ao mercado e reduzindo as disparidades regionais. O estado foi subdividido em nove regiões, caracterizando-se como eixos de desenvolvimento regional, cada qual com suas potencialidades: Bico do Papagaio, Norte, Noroeste, Nordeste, Jalapão, Central, Centro-Oeste, Sul e Sudeste - Mapa 28.

3.3. PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual (PPA) do Tocantins é um instrumento de planejamento das ações de governo em médio prazo elaborado de forma regionalizada, com enfoque territorial participativo, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e da Constituição do Estado do Tocantins de 1989. Neste estudo foram espacializadas as regionalizações utilizadas como base para elaboração do Planejamento Plurianual do Estado, destacando-se as sedes regionais dos eventos públicos participativos (reuniões, encontros ou consultas públicas).

Não foram realizados eventos regionalizados nos dois primeiros PPAs - 1992-1995 e 1996-1999, conforme analisado nas Leis Estaduais nº 387/1992 (Tocantins, 1992) e 800/1995 (Tocantins, 1995).

O PPA 2000-2003 foi instituído por meio da Lei Estadual nº 1.118/1999 (Tocantins, 1999). Na sua elaboração foram realizadas reuniões em 10 regiões: Extremo Norte, Norte, Noroeste, Nordeste, Centro-Oeste, Central, Leste, Sudoeste, Sul e Sudeste (Mapa 29).

O PPA 2004-2007 foi instituído por meio da Lei Estadual nº 1.430/2003 (Tocantins, 2003). A sua elaboração foi realizada em 16 regionais, homônimas aos municípios sedes dos encontros: Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis, Xambioá, Araguaína, Colinas do Tocantins, Goiatins, Guaraí, Palmas, Pedro Afonso, Paraíso do Tocantins, Novo Acordo, Natividade, Gurupi, Dianópolis e Taguatinga (Mapa 30).

O PPA 2008-2011 foi instituído por meio da Lei Estadual nº 1.860/2007 (Tocantins, 2007). A sua elaboração foi realizada em 14 regionais, homônimas aos municípios sedes dos encontros: Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Guaraí, Colinas do Tocantins, Goiatins, Araguaína, Tocantinópolis, Araguatins, Taguatinga, Dianópolis, Gurupi, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional e Palmas (Mapa 31).

O PPA 2012-2015 foi instituído por meio da Lei Estadual nº 2.538/2011 (Tocantins, 2011). Para sua elaboração foram definidas nove macrorregiões e respectivas sedes: Centro-Norte / Guaraí, Sul / Gurupi, Bico do Papagaio / Araguatins, Sudeste I / Dianópolis, Sudeste II / Arraias, Nordeste / Colinas, Norte / Araguaína e Centro-Norte / Paraíso do Tocantins (Mapa 32).

O PPA 2016-2019 foi instituído por meio da Lei Estadual nº 3.051/2015 (Tocantins, 2015). Foram nove as regiões de planejamento utilizadas como referência na regionalização do Plano Plurianual 2016-2019 e respectivas sedes dos encontros regionais: Bico do Papagaio / Tocantinópolis, Norte / Xambioá, Noroeste / Colinas do Tocantins, Nordeste / Pedro Afonso, Centro-Oeste / Lagoa da Confusão, Central / Aparecida do Rio Negro, Jalapão, Sul / Palmeirópolis e Sudeste / Natividade (Mapa 33).

O PPA 2020-2023 foi instituído por meio da Lei Estadual nº 3.621/2019 (Tocantins, 2019). A regionalização, bem como a definição dos municípios sedes das Consultas Públicas atenderam os critérios socioeconômicos, políticos, históricos e geográficos. Com base na regionalização proposta, foram realizadas 10 consultas públicas regionais: Sul / Gurupi, Sudeste I / Taguatinga, Sudeste II / Natividade, Bico do Papagaio / Araguatins, Norte / Araguaína, Jalapão / São Félix do Tocantins, Oeste / Paraíso do Tocantins, Nordeste / Guaraí, Noroeste / Colinas do Tocantins e Central / Palmas (Mapa 34).

O PPA 2024-2027 foi instituído por meio da Lei Estadual nº 4.373/2024 (Tocantins, 2024). Para sua elaboração houve a regionalização em 10 regiões e definidas as seguintes sedes das Consultas Públicas: Bico do Papagaio / Araguatins, Norte / Araguaína, Médio Norte 1 / Colinas do Tocantins, Médio Norte 2 / Pedro Afonso, Oeste / Divinópolis do Tocantins, Jalapão / Novo Acordo, Sudeste 1 / Dianópolis, Sudeste 2 / Taguatinga, Sul / Gurupi e Central / Palmas (Mapa 35).

3.4. REGIÕES METROPOLITANAS

Na década de 2010 foram instituídas duas regiões metropolitanas no estado do Tocantins, destinadas a unificar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (Tocantins, 2013; 2014).

A Região Metropolitana de Palmas foi instituída por meio da Lei Complementar nº 90, de 30 de dezembro de 2013 (Tocantins, 2013). Ocupa uma superfície de 24.830,8 km², sendo composta por 16 municípios: Palmas, Aparecida do Rio Negro, Barrolândia, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Pugmil, Silvanópolis e Tocantínia.

A Região Metropolitana de Gurupi foi instituída por meio da Lei Complementar nº 93, de 3 de abril de 2014 (Tocantins, 2014). Composta por 18 municípios, ocupa uma superfície de 51.437,4 km², sendo integrada por Gurupi, Aliança do Tocantins, Figueirópolis, Dueré, Lagoa da Confusão, Crixás do Tocantins, Cariri do Tocantins, Sucupira, Peixe, Jaú do Tocantins, São Valério da Natividade, Alvorada, Palmeirópolis, Araguaçu, Sandolândia, Formoso do Araguaia, Talismã e São Salvador do Tocantins.

As regiões metropolitanas de Palmas e Gurupi não foram efetivamente implantadas.

As regiões metropolitanas de Palmas e Gurupi estão espacializadas no Mapa 36

3.5. ZONEAMENTOS AMBIENTAIS

O Tocantins possui orientações de seis zoneamentos ambientais, sendo um de caráter agroecológico, quatro enquadrados na tipologia de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e um de escassez hídrica. De forma pontual, cita-se o Zoneamento Agroecológico (SEPLAN, 1999), ZEE do Norte do Tocantins (SEPLAN, 2004), Delimitação e Caracterização Cartográfica das Áreas Vulneráveis à Escassez Hídrica na Região Sudeste do Tocantins (SEPLAN, 2018), ZEE do Estado do Tocantins (SEFAZ, 2020) e Macrozoneamentos Ecológico-Econômicos da Amazônia Legal (Brasil, 2010) e do Cerrado (MMA, 2014).

Adicionalmente, informa-se a publicação do documento “Geografia das Zonas do Estado do Tocantins” (SEPLAN, 1995) no ano de 1995, que pode ser visto como um diagnóstico dos aspectos ambientais, fisiográficos e socioeconômicos do estado (Mapa 37).

4. METODOLOGIA

O debate teórico e prático sobre a questão da regionalização é clássico em diversas ciências, como na Geografia, Economia Regional e na Gestão Pública como um todo.

Conceitualmente, a região é associada genericamente à noção de diferenciação de áreas, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença face a outros conjuntos (CORRÊA, 1997). A regionalização é um processo contínuo de formação e transformação de regiões, que permite conceber a determinada área certa particularidade e identidade (PEREIRA, 2000).

A delimitação regional aponta quase que invariavelmente para três tipos de critérios que estruturam o conceito de regionalização: polarização, homogeneidade e planejamento (TONI e KLARMANN, 2002).

Uma região polarizada adota a hipótese de atração espacial a partir de um campo de forças que se estabelecem entre centros urbanos, unidades produtivas ou aglomerações industriais. Nesse contexto, a análise de fluxos de produção e consumo, das conexões intra e inter-regionais assumem absoluta relevância porque revelam a rede e a hierarquia existente.

A concepção de região homogênea baseia-se na possibilidade de agregação territorial por meio de características semelhantes, arbitrariamente especificadas, como, por exemplo, os fatores geoambientais, socioeconômicos, culturais ou de estrutura produtiva.

A região de planejamento é dependente da aplicação de critérios administrativos instrumentalizados pelo setor público, a partir das necessidades de execução de determinados serviços públicos, do exercício do poder regulatório do Estado ou, por exemplo, da implementação de políticas públicas em determinada região.

No que diz respeito ao planejamento governamental, a regionalização de um espaço geográfico torna-se importante por possuir características de polarização, semelhança e, principalmente, ser teatro para implementação de ações públicas.

A proposta de regionalização para planejamento do Estado do Tocantins resultou da ligação dos componentes metodológicos de polarização e homogeneização.

No componente de polarização buscou-se identificar e hierarquizar os polos de articulação do território, correspondentes aos centros urbanos e redes de influência, de forma compatível com as necessidades de planejamento e gestão de políticas públicas do Tocantins. O componente de homogeneização foi desenvolvido por meio do recorte de regiões com a identificação de similaridades de pelo menos um dos elementos analisados: físicos, econômicos, relações sociais ou culturais.

Outros parâmetros considerados foram a contiguidade geográfica dos municípios em uma mesma região e relativo equilíbrio, em termos da área territorial, entre as regionalizações definidas.

A unidade espacial básica utilizada foi o município, tendo em vista a necessidade de estabelecer regiões de planejamento com base na divisão político-administrativa do estado.

A macrorregião é uma unidade geográfica formada por várias regiões que possuem características socioeconômicas e ambientais semelhantes.

A divisão do Tocantins em macrorregiões permite uma gestão pública mais eficiente, adaptando políticas e investimentos às necessidades específicas de cada área. Isso facilita o desenvolvimento regional equilibrado, promove a integração das ações governamentais e ajuda na identificação de potencialidades e desafios locais.

Para compor as Macrorregiões do estado do Tocantins, foram consideradas as macrodivisões do território que agrupam várias regiões, suas unidades fundamentais e indivisíveis. O objetivo é auxiliar na compreensão e planejamento territorial em escalas diferenciadas. Têm como base centros urbanos de maior porte, com uma estrutura mais complexa de serviços e maior capacidade de polarização, refletindo as áreas de influência de centros regionais significativos que organizam a rede urbana em um nível mais amplo. No Tocantins, cada macrorregião contém uma cidade em nível hierárquico mais elevado, referida como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios.

Os nomes das regionais e macrorregionais foram definidos com base em critérios de localização geográfica.

Como insumo técnico para análise e hierarquização dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades no Tocantins, utilizou-se o estudo *Regiões de Influência das Cidades 2018 - REGIC 2018*, elaborado pelo IBGE (2020). O trabalho estabelece critérios para a qualificação das cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas. O estudo tem como base a Teoria dos Fluxos Centrais (TAYLOR, 2004; TAYLOR; HOYLER; VERBRUGGEN, 2010), que enfatiza as relações externas reticulares das cidades de caráter não hierárquico, ao mesmo tempo em que mantém a lógica horizontalizada de centros funcionalmente articulados e hierarquizados vinculada à Teoria das Localidades Centrais (CHRISTALLER, 1966).

Como referência para delineamento da hierarquização das regionais e macrorregionais foi utilizado o trabalho *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017* (IBGE, 2017). O estudo atualiza e define um modelo de recortes regionais que subsidia o planejamento em escalas territoriais e no qual as unidades identificadas tenham coerência interna e certo grau de permanência de seus atributos constitutivos, ao mesmo tempo em que refletem sua relação externa.

Com base no estudo *Regiões de Influência das Cidades - 2018* (IBGE, 2020), a divisão do Tocantins em macrorregiões considera a organização e hierarquia das cidades no estado, seus papéis funcionais e suas interações econômicas, sociais e de serviços. As macrorregiões são delineadas para refletir as conexões entre os principais centros urbanos e suas áreas de influência.

A regionalização considerou critérios técnicos relacionados à polarização das cidades e suas relações de influência, características geográficas homogêneas, formação histórico-social, características socioeconômicas, produção e fluxo agropecuário. A análise foi apoiada em estudos técnicos realizados no escopo do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins - Mapeamento das Regiões Fitoecológicas (Seplan, 2013), Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Tocantins (SEPLAN, 2016), Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins (SEFAZ, 2021) - em informações disponíveis na Base de Dados Geográficos do Tocantins (SEPLAN, 2022), e em uma série de dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE e sistematizados pela Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins - SEPLAN.

4.1. PRINCIPAIS PONTOS DE INTERESSE - REGIC 2018

A pesquisa "*Regiões de Influência das Cidades - 2018*" - REGIC 2018 (IBGE, 2020) é um estudo que visa compreender as relações e influências entre cidades e suas áreas circundantes. Essa pesquisa pode estar relacionada a vários campos, incluindo geografia, planejamento urbano, economia e sociologia. O objetivo principal é mapear e analisar a extensão da influência das cidades em termos econômicos, sociais e demográficos sobre as regiões ao seu redor.

Os principais pontos de interesse do estudo *REGIC 2018* incluem:

- Definição de Regiões de Influência: a pesquisa utilizou critérios específicos para delinear as áreas que são influenciadas pelas cidades, envolvendo fatores como fluxos de trabalho, migração populacional, trocas comerciais e conexões de transporte;
- Impacto Econômico: o estudo examinou como as cidades afetam as economias das regiões circundantes, incluindo a análise de setores econômicos que se beneficiam diretamente das atividades urbanas;
- Desenvolvimento Urbano: o crescimento e desenvolvimento das cidades influenciam o desenvolvimento urbano nas áreas vizinhas produzindo efeitos como o surgimento de subúrbios, zonas industriais ou aglomerações comerciais;
- Migração e População: análise dos padrões de migração populacional entre as cidades e as regiões circundantes provocada pela busca de oportunidades de trabalho, educação e acesso a serviços;
- Infraestrutura e Conectividade: como as cidades contribuem para o desenvolvimento de infraestrutura nas regiões vizinhas, como redes de transporte, serviços públicos e comunicações;
- Planejamento Regional: com base nos resultados da pesquisa, as autoridades locais e regionais podem tomar decisões informadas sobre planejamento urbano, políticas econômicas e medidas de desenvolvimento.

4.1.1. FLUXO AGROPECUÁRIO

A pesquisa *Regiões de Influência das Cidades - 2018* (IBGE, 2020), também procurou investigar os fluxos entre municípios gerados pela origem dos insumos, implementos, assistência técnica e destino da produção dos principais produtos agropecuários como articuladores de redes próprias, que influenciam a hierarquização urbana, sobretudo nas regiões de forte produção agropecuária. Foram informantes os participantes das reuniões da Comissão Municipal de Geografia e Estatística (CMGE), onde estas foram implementadas, bem como diversos órgãos com conhecimento da agropecuária municipal - Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs), secretarias municipais de agricultura, secretarias municipais de meio ambiente, associações de produtores rurais, financiadores como o Banco do Brasil e outros, incluindo os próprios criadores.

Tendo em vista que a execução da pesquisa de campo do REGIC foi anterior à divulgação dos dados do Censo Agropecuário realizado no mesmo ano, a seleção dos produtos ocorreu tendo como base o valor de produção da Produção Agrícola Municipal - PAM (2016), Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS (2016) e Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM (2016), comparados a dados adaptados da pecuária para fornecer um valor aproximado dos rebanhos para os quais não há valor de produção nem venda disponíveis. Horticultura e Floricultura, que são pesquisadas apenas nos censos agropecuários e não constam das pesquisas anuais, tiveram o valor de produção recuperado do Censo Agropecuário 2006. Com essas adaptações, foi construída uma matriz com os municípios brasileiros e todos os produtos informados (IBGE, 2020).

A partir do conjunto dos produtos agropecuários para cada município segundo valor de produção, foram excluídos os municípios com menos de 0,5% de participação do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária em relação ao PIB total municipal para o ano de 2014, o último disponível até então nos cálculos do Produto Interno Bruto municipal pelo IBGE. Esta exclusão abrangeu 216 municípios (3,9%

do total para o país) e teve como objetivo desconsiderar os municípios com produção muito limitada para a aplicação do questionário (IBGE, 2020).

O último passo para seleção dos produtos no REGIC foi determinar quantos produtos perfazem 80% do valor total municipal. Após adaptações ocorridas no decorrer da pesquisa, para 401 municípios (7,2%), apenas um produto totalizou 80% ou mais da produção municipal; para 1.085 municípios (19,5%), a soma dos dois maiores produtos atingiram 80% ou mais da produção; para 1.342 municípios (24,1%), foram os três maiores produtos que chegaram à porcentagem estabelecida; 1.194 municípios (21,4%) atingiram com quatro produtos; e 1.332 municípios (23,9%) chegaram em 80% da produção municipal com cinco ou mais produtos (IBGE, 2020).

Para cada produto discriminado no questionário, os informantes deveriam responder a quatro itens: (1) para quais municípios os produtores rurais locais se dirigem para comprar material de consumo, como adubos, fertilizantes, vacinas e sementes; (2) em quais municípios compram maquinário e implementos agrícolas, incluindo ferramentas; (3) para onde vão em busca de serviços técnicos especializados; e (4) para onde destinam a produção. A citação do próprio município como destino foi permitida, visto que tanto o acesso a insumos, equipamentos e assistência técnica quanto o destino imediato da produção podem ser restritos ao próprio município, não raro, não existindo outra opção. O informante poderia indicar até cinco municípios em cada questão, estimando o percentual de participação de cada um. Não se tratou de uma medida exata em termos de percentual de valores ou de número de produtores, mas uma ordem de grandeza geral, com o objetivo de diferenciar os municípios citados dos mais relevantes em termos do deslocamento habitual dos produtores para os menos frequentes (IBGE, 2020).

4.1.2. REDE DE CIDADES

A rede de cidades desempenha um papel fundamental na organização socioeconômica, no acesso a serviços públicos, no desenvolvimento regional e no planejamento urbano. Cada cidade contribui de maneira única para a economia e a cultura do Tocantins, tornando a compreensão dessa rede de cidades importante para o planejamento e desenvolvimento.

Para a identificação da organização espacial e polos de articulação do estado do Tocantins, foi utilizado o estudo *Regiões de Influência das Cidades - 2018* (IBGE, 2020).

A unidade urbana de análise e exposição dos resultados da pesquisa REGIC é o conjunto formado por Arranjos Populacionais^[3] e Municípios Isolados. Os primeiros são agrupamentos de municípios muito integrados por deslocamentos pendulares^[4] de pessoas ou por proximidade de manchas urbanas e os segundos são os municípios que não formam Arranjos Populacionais.

Desse modo, as cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua *Área de Influência*, ou seja, quais cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa (IBGE, 2020).

^[3] Os arranjos populacionais são unidades territoriais compostas por mais de um município, que apresentam integração significativa em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos frequentes dos habitantes para trabalhar ou estudar;

^[4] Deslocamento diário de pessoas para estudar ou trabalhar em outra cidade, estado ou país.

Para a construção das regiões de influência e o estabelecimento da hierarquia das cidades, foram considerados os dois componentes da rede urbana: as *relações urbanas de proximidade*, aferidas pelos questionários^[5] e as *relações de longa distância*, apuradas pelos dados secundários da gestão do território (IBGE, 2020).

A definição dos centros e das ligações de gestão do território segue a composição e a relação entre os resultados da gestão empresarial e da gestão pública. Sendo assim, as cidades que se destacavam em ambas as esferas tiveram tanto a sua centralidade quanto as suas ligações de gestão do território calculadas para compor a hierarquia da rede urbana.

Portanto, a noção de região de influência é operacionalizada por meio de vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior.

Usando a definição de Região de Influência do IBGE,

“Cada Cidade se vincula diretamente à região de influência de pelo menos uma outra Cidade, vínculo que sintetiza a relação interurbana mais relevante da Cidade de origem, tanto para acessar bens e serviços quanto por relações de gestão de empresas e órgãos públicos. A maioria das Cidades está subordinada a apenas um centro urbano, mas eventualmente uma Cidade pode estar subordinada diretamente a mais de uma região de influência, configurando as duplas ou múltiplas subordinações.” IBGE, 2020

A transposição da hierarquia da cidade para os municípios considera o seguinte contexto: se uma determinada cidade é uma Capital Regional ou qualquer outra hierarquia e integra um Arranjo Populacional, é todo esse conjunto que possui essa hierarquia e não cada município do Arranjo tomado isoladamente (IBGE, 2020).

A hierarquia urbana indica a centralidade da cidade de acordo com a atração que exerce em populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São *cinco níveis* hierárquicos, com *onze subdivisões*: Metrópoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5), conforme Quadro 1.

^[5] Para investigar as relações de proximidade, a ferramenta metodológica adotada foi um questionário aplicado por agentes de pesquisa do IBGE na maior parte dos municípios brasileiros. Em cada município, três informantes foram consultados a respeito de quais eram os municípios mais procurados pela população daquela localidade em busca de nove produtos e serviços selecionados. O objetivo foi obter uma resposta representativa do comportamento habitual para o conjunto dos habitantes da unidade urbana pesquisada. Os temas foram: compras de vestuário e calçados, móveis e eletroeletrônicos, serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade, ensino superior, atividades culturais e esportivas, uso de aeroporto e a origem dos jornais que circulam no município. Os informantes poderiam responder no mínimo um e no máximo cinco municípios de destino para cada resposta. Não era possível responder o próprio município em questão como destino. Ao indicar os municípios procurados para cada tema, os informantes deveriam estimar o percentual de participação de cada destino indicado. O objetivo era estabelecer uma ordem de grandeza que permitisse diferenciar destinos preponderantes ante a destinos mais raramente procurados ou indicar divisões mais equânimes entre os municípios quando fosse o caso.

Quadro 1. Relação entre os grupos hierárquicos da gestão do território e a hierarquia urbana

GRUPO HIERÁRQUICO (CGT)	HIERARQUIA URBANA DE REFERÊNCIA
1 - Metrópole	1a. Grande Metrópole Nacional
	1b. Metrópole Nacional
	1c. Metrópole
2 - Capital Regional	2a. Capital Regional A
	2b. Capital Regional B
	2c. Capital Regional C
3 - Centro Sub-Regional	3a. Centro Sub-regional A
	3b. Centro Sub-regional B
4 - Centro de Zona	4a. Centro de Zona A
	4b. Centro de Zona B
5 - Centros Locais	5. Centro Local

Fonte: IBGE, 2020.

4.2. HIERARQUIA URBANA NO TOCANTINS

Com base na classificação do *REGIC 2018* (IBGE, 2020), foi sistematizada por meio do Quadro 2, a hierarquia urbana do Tocantins, sendo composta por duas Capitais Regionais (Palmas e Araguaína), quatro Centros Sub-Regionais (Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Tocantinópolis), doze Centros de Zona e elevada quantidade de Centros Locais.

Palmas, classificada como Capital Regional B, é o principal centro urbano do estado. Pela sua centralidade como capital estadual, abriga estrutura dos órgãos responsáveis pela gestão pública em nível federal e estadual. Além disso, possui a maior oferta de serviços especializados do estado. A cidade de Araguaína, no norte do estado, foi classificada como Capital Regional C e ocupa o segundo lugar em termos de população e Produto Interno Bruto no estado e estrutura sua própria rede.

A cidade de Gurupi, no sul, que possui a terceira maior população estadual, foi classificada em termos de Centro Sub-Regional A. Sequencialmente, 3 três cidades foram classificadas como Centro Sub-Regional B: Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e o Arranjo Populacional *Tocantinópolis/TO - Porto Franco/MA*.

As cidades classificadas como Centros de Zona possuem 2 dois níveis hierárquicos. As cidades de Aguiarnópolis, Colinas do Tocantins, Dianópolis e Guaraí foram classificadas como Centros de Zona A. Como Centros de Zona B, elencam-se Araguatins, Augustinópolis, Natividade, Palmeirópolis, Xambioá e o Arranjo Populacional de *Pedro Afonso*, Bom Jesus do Tocantins e Tupirama.

Quadro 2. Hierarquia Urbana do Estado do Tocantins

HIERARQUIA URBANA DE REFERÊNCIA	MUNICÍPIOS
Capital Regional B	Palmas
Capital Regional C	Araguaína
Centro Sub-Regional A	Gurupi
Centros Sub-Regionais B	Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis (AP Tocantinópolis/TO - Porto Franco/MA).
Centros de Zona A	Aguiarnópolis, Colinas do Tocantins, Dianópolis e Guaraí.
Centros de Zona B	Araguatins, Augustinópolis, Bom Jesus do Tocantins (AP Pedro Afonso/TO), Natividade, Palmeirópolis, Pedro Afonso (AP Pedro Afonso/TO), Tupirama (AP Pedro Afonso/TO) e Xambioá.
Centros Locais	Abreulândia, Aliança do Tocantins, Almas, Alvorada, Ananás, Angico, Aparecida do Rio Negro, Aragoninas, Araguacema Araguaçu, Araguanã, Arapoema, Arraias, Aurora do Tocantins, Arixá do Tocantins, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Barra do Ouro, Barrolândia, Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Buriti do Tocantins Cachoeirinha, Campos Lindos, Cariri do Tocantins, Carmolândia, Carrasco Bonito, Caseara, Centenário, Chapada da Natividade, Chapada de Areia, Colméia, Combinado, Conceição do Tocantins, Couto Magalhães, Cristalândia, Crixás do Tocantins, Darcinópolis, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Dueré, Esperantina, Fátima, Figueirópolis, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Goianorte, Goiatins, Ipueiras, Itacajá, Itaguatins, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Jaú do Tocantins, Juarina, Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lavandeira, Lizarda, Luzinópolis, Marianópolis do Tocantins, Mateiros, Maurilândia do Tocantins, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo do Tocantins, Muricilândia, Nazaré, Nova Olinda, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Novo Alegre, Novo Jardim, Oliveira de Fátima, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Paranã, Pau D'Arco, Peixe, Pequizeiro, Pindorama do Tocantins, Piraquê, Pium, Ponte Alta do Bom Jesus, Ponte Alta do Tocantins, Porto Alegre do Tocantins, Praia Norte, Presidente Kennedy, Pugmil, Recursolândia, Riachinho, Rio da Conceição, Rio dos Bois, Rio Sono, Sampaio, Sandolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Félix do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, São Valério, Silvanópolis, Sítio Novo do Tocantins, Sucupira, Tabocão, Taguatinga, Taipas do Tocantins, Talismã, Tocantínia, Tupiratins e Wanderlândia.

Fonte: IBGE, 2020.

Apenas quatro municípios recebem múltiplas subordinações, ou seja, se encontra diretamente vinculados à região de influência de mais de uma cidade: Cachoeirinha, Oliveira de Fátima, Taguatinga e Tocantinópolis (Quadro 3).

Quadro 3. Múltiplas Subordinações de Municípios Tocantinenses

MUNICÍPIO	REGIÃO DE INFLUÊNCIA 1	REGIÃO DE INFLUÊNCIA 2
Cachoeirinha	Araguatins	Augustinópolis
Oliveira de Fátima	Paraíso do Tocantins	Porto Nacional
Taguatinga	Dianópolis	Luís Eduardo Magalhães (BA)
Tocantinópolis	Palmas	Arranjo Populacional de Imperatriz/MA

Fonte: IBGE, 2020.

Os demais municípios do estado, segundo o *REGIC 2018* (IBGE, 2020), se vinculam diretamente à região de influência de apenas uma outra cidade. O Quadro 4 demonstra de forma hierárquica a Rede de Influência do Tocantins.

Quadro 4. Rede de Influência do Estado do Tocantins

REGIÃO DE INFLUÊNCIA 1	Nº MUNICÍPIOS INFLUENCIADOS	MUNICÍPIOS INFLUENCIADOS
Palmas	39	Abreulândia, Almas, Aparecida do Rio Negro, Araguacema, Araguaína, Bom Jesus do Tocantins, Centenário, Colméia, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Goianorte, Guaraí, Gurupi, Itacajá, Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lizarda, Mateiros, Miracema do Tocantins, Miranorte, Natividade, Novo Acordo, Paraíso do Tocantins, Paranã, Pedro Afonso, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Recursolândia, Rio dos Bois, Rio Sono, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins, Silvanópolis, Tocantínia, Tocantinópolis e Tupirama.
Araguaína	23	Ananás, Angico, Aragominas, Araguañã, Arapoema, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Colinas do Tocantins, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Luzinópolis, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Pau D'Arco, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia e Xambioá.
Gurupi	14	Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, Peixe, Sandolândia, São Valério e Sucupira.
Paraíso do Tocantins	12	Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Pium e Pugmil.
Augustinópolis	6	Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Praia Norte, Sampaio e São Sebastião do Tocantins.
Colinas do Tocantins	6	Bandeirantes do Tocantins, Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins, Itapiratins, Juarina e Tupiratins.
Dianópolis	6	Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Taguatinga e Taipas do Tocantins.
Porto Nacional	5	Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo e Pindorama do Tocantins.
Guaraí	4	Itaporã do Tocantins, Pequizeiro, Presidente Kennedy e Tabocão,
Araguatins	2	Cachoeirinha e São Bento do Tocantins.
Natividade	1	Chapada da Natividade
Palmeirópolis	1	São Salvador do Tocantins

Fonte: IBGE, 2020.

A *Capital Palmas* (Capital Regional B) exerce influência sobre 39 municípios; *Araguaína* (Capital Regional C) sobre 23 municípios; *Gurupi* (Centro Sub-Regional A) sobre 14 municípios; *Paraíso do Tocantins* (Centro Sub-Regional B) sobre 12 municípios; *Augustinópolis*, *Colinas do Tocantins* (Centro de Zona A) e *Dianópolis* (Centro de Zona A) sobre 6 municípios cada; *Porto Nacional* (Centro Sub-Regional B) sobre 5 cinco municípios; *Guaraí* (Centro de Zona A) sobre 4 municípios; *Araguatins* (Centro de Zona B) sobre 2 municípios; *Natividade* e *Palmeirópolis* (Centro de Zona B) sobre 1 município cada.

Com relação aos Arranjos Populacionais - AP, o de *Imperatriz/MA* exerce influência sobre 8 municípios: Aguiarnópolis, Araguatins, Augustinópolis, Arixá do Tocantins, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Miguel do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins; o *AP de Tocantinópolis/TO - Porto Franco/MA* sobre 2 municípios: Nazaré e Santa Terezinha do Tocantins; o *AP de Estreito/MA* sobre o município de Palmeiras do Tocantins; o *AP de Goiânia/GO* sobre a capital Palmas e o *AP de Pedro Afonso/TO* sobre o município de Santa Maria do Tocantins.

Além dos Arranjos Populacionais, *Influências Interestaduais* também ocorrem no estado. Os municípios de Arraias, Aurora do Tocantins, Combinado, Lavandeira e Novo Alegre vinculam-se diretamente à *Região de Influência de Campos Belos (GO)*; Couto Magalhães ao município de *Conceição do Araguaia (PA)* e Talismã ao município de *Porangatu (GO)*.

É importante notar que a rede de influência é complexa e dinâmica, com diferentes atores interagindo em várias esferas, evoluindo ao longo do tempo, à medida que as condições sociais, políticas e econômicas do estado mudam.

No intuito facilitar a visualização da Rede de Influência do Estado do Tocantins, os vínculos municipais foram divididos entre Intraestadual - relacionado ao que ocorre dentro do estado; e Interestadual - que se realiza de estado para estado (Mapas 38 e 39).

No Anexo I deste documento está contida nota metodológica sobre estabelecimento da hierarquia urbana e construção das regiões de influência, com base no *REGIC 2018* (IBGE, 2020).

4.3. LIGAÇÃO ENTRE AS CIDADES DO TOCANTINS

Analisando-se a movimentação para acessar bens e serviços, com base na matriz de relacionamento das ligações entre cidades do IBGE (IBGE, 2020), identificam-se padrões de deslocamento comuns e diferenciados regionalmente no estado do Tocantins. Os fluxos de deslocamento estão representados no Mapa 40. Ligações entre Cidades - 2018 e no Mapa 41. Conexões Externas - 2018.

Para efeito do estudo, os bens e serviços analisados foram: compra de vestuário e calçados, compra de móveis e eletroeletrônicos, saúde de baixa e média complexidade, saúde de alta complexidade, ensino superior, atividades culturais, atividades esportivas, aeroporto, jornais e transporte público.

A matriz de relacionamentos é apresentada no Apêndice deste documento, dividida por regionais e classificada de forma crescente pela distância do deslocamento entre os municípios. No Anexo II está contida nota metodológica sobre os principais aspectos investigados por meio do questionário pela pesquisa REGIC - 2018.

5. REGIONALIZAÇÃO DE PLANEJAMENTO

5.1. REGIONAIS DE PLANEJAMENTO

A regionalização de planejamento governamental do Tocantins está alicerçada em oito regionais: Bico do Papagaio, Norte, Meio Norte, Vale do Araguaia, Central, Jalapão, Sul e Sudeste (Mapa 42).

A Regional Bico do Papagaio compreende 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

A Regional Norte engloba 15 municípios: Aragominas, Araguaína, Araguanã, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Piraquê, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia e Xambioá.

A Regional Meio Norte abarca 25 municípios: Arapoema, Bandeirantes do Tocantins, Bernardo Sayão, Bom Jesus do Tocantins, Brasilândia do Tocantins, Centenário, Colinas do Tocantins, Colméia, Couto de Magalhães, Goianorte, Guaraí, Itacajá, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Juarina, Palmeirante, Pau d'Arco, Pedro Afonso, Pequizeiro, Presidente Kennedy, Recursolândia, Santa Maria do Tocantins, Tabocão, Tupirama e Tupiratins.

A Regional Vale do Araguaia compreende 15 municípios: Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium e Pugmil.

A Regional Central engloba 14 municípios: Aparecida do Rio Negro, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Palmas, Porto Nacional, Rio dos Bois, Silvanópolis e Tocantínia.

A Regional Jalapão contém 9 municípios: Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins.

A Regional Sul abrange 17 municípios: Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, Peixe, Sandolândia, Santa Rita do Tocantins, São Salvador do Tocantins, Sucupira e Talismã.

Por fim, a Regional Sudeste compreende 19 municípios: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranã, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade, Taguatinga e Taipas do Tocantins.

Considerando a hierarquia urbana e rede de influência, os vínculos municipais de cada Regional foram espacializados em âmbito Intrarregional - que ocorre dentro de uma única região e Inter-regional - que ocorrem entre múltiplas regiões (Mapa 43) e em âmbito Interestadual - que se realiza de estado para estado (Mapa 44).

O fluxo de deslocamento para acessar bens e serviços possui padrões de deslocamento diferenciados regionalmente, conforme especializados por meio do mapa 45 (Ligações entre Cidades - 2018 -

Regiões de Planejamento) e do Mapa 46 (Conexões Externas - 2018 - Regiões de Planejamento). As informações foram sistematizadas por regionais com base na matriz de relacionamento das ligações entre cidades do IBGE (IBGE, 2020), disponível no Apêndice deste documento.

5.2. MACRORREGIONAIS DE PLANEJAMENTO

As macrorregionalização de planejamento governamental está estruturada em três macrorregionais: Sul, Centro e Norte, conforme espacializado no Mapa 47.

Os vínculos municipais de cada macrorregional, em termos de hierarquia urbana e rede de influência, estão espacializados em âmbito Intrarregional e Inter-regional por meio do Mapa 48.

5.2.1. MACRORREGIONAL SUL

A Macrorregião Sul é composta pelas regionais Sul e Sudeste, compreendendo 36 municípios e destaca-se pela forte presença da agroindústria, com ênfase na produção de grãos e pecuária. Possui uma superfície de 96.670,4 km². Neste recorte territorial, a cidade de Gurupi, detentora da terceira maior população estadual, possui nível hierárquico mais elevado, sendo classificada em termos de *Centro Sub-Regional A* conforme *REGIC 2018* (IBGE, 2020).

CARACTERÍSTICAS

Gurupi é o principal centro urbano da macrorregião Sul, conhecido por sua forte presença na agroindústria e educação superior. É um ponto crucial para a produção agrícola e pecuária do estado. Dianópolis contribui com atividades agrícolas e tem potencial para desenvolvimento turístico da região, junto com os demais municípios que compõe a Região Turística de Serras Gerais com uma enorme variedade de atrativos naturais.

REDE DE CIDADES

Gurupi lidera uma rede de cidades que inclui municípios menores que se beneficiam de sua infraestrutura e serviços. A integração dessas cidades promove o desenvolvimento agroindustrial e facilita o escoamento da produção agrícola para outros mercados. Dianópolis mantém relações comerciais e sociais com outros municípios da região, especialmente aqueles próximos, onde os habitantes podem buscar serviços e produtos não disponíveis localmente.

5.2.2. MACRORREGIONAL CENTRO

A Macrorregião Central abrange as regionais Vale do Araguaia, Central e Jalapão, totalizando 38 municípios, sendo o núcleo administrativo e político do estado, além de concentrar investimentos significativos em infraestrutura, educação e serviços públicos. Sua superfície abrange 100.699,17 km². Palmas, principal centro urbano do estado e classificada como *Capital Regional B* conforme *REGIC 2018* (IBGE, 2020), possui maior nível hierárquico.

CARACTERÍSTICAS

Palmas, a capital do estado, é o centro administrativo, político e econômico da macrorregião. A cidade foi planejada para ser um polo de desenvolvimento regional, com investimentos em infraestrutura, educação e serviços públicos. Paraíso do Tocantins atua como um importante ponto de apoio na região, com uma economia diversificada. Porto Nacional é um dos municípios mais antigos e tradicionais do estado, com uma significativa influência cultural e histórica, além de contribuir economicamente com a produção agropecuária e a educação.

REDE DE CIDADES

Palmas possui uma rede de cidades que dependem diretamente de seus serviços e infraestrutura, como os municípios de Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Miracema do Tocantins. A interação entre essas cidades facilita a distribuição de serviços e o desenvolvimento regional. Porto Nacional, em particular, tem uma forte relação com Palmas, servindo como um importante elo na rede de serviços e infraestrutura regional.

5.2.3. MACRORREGIONAL NORTE

A Macrorregional Norte abrange as regionais Meio Norte, Norte e Bico do Papagaio, contendo 75 municípios, sendo um importante centro econômico e de serviços, com uma economia diversa que engloba comércio, serviços e agropecuária. Compreende uma área de 77.251,14 km². Neste recorte territorial, a cidade de Araguaína, segundo lugar em termos de população no estado, classificada como *Capital Regional C* conforme *REGIC 2018* (IBGE, 2020), apresenta maior nível hierárquico.

CARACTERÍSTICAS

Araguaína é a principal cidade da região, servindo como um polo econômico, comercial e de serviços. É um importante centro de agropecuária, comércio e educação. Tocantinópolis (Arranjo Populacional) é uma cidade com relevante importância histórica e cultural, além de ser um centro de comércio e serviços para os municípios vizinhos. Augustinópolis desempenha um papel importante na economia local, especialmente na área do comércio e serviços, e é um centro regional de educação e saúde. Colinas do Tocantins é um centro regional de comércio e serviços de apoio à agropecuária. Guaraí é um importante centro de apoio logístico e comercial, situado em uma posição estratégica no entroncamento de rodovias, facilitando a distribuição de produtos agrícolas e mercadorias.

REDE DE CIDADES

Araguaína exerce uma forte influência sobre os municípios vizinhos, integrando uma rede de cidades menores que dependem de seus serviços médicos, educacionais e comerciais. Tocantinópolis e Augustinópolis são pontos-chave na rede de cidades, especialmente para a prestação de serviços comerciais, educacionais e de saúde. Colinas do Tocantins exerce uma considerável influência sobre os municípios vizinhos, servindo como um ponto de apoio para diversas atividades econômicas e sociais; também oferece serviços médicos, educacionais e comerciais que são vitais para os municípios menores em seu entorno. Guaraí funciona como um importante centro de operações logísticas da região, conectando o fluxo de produtos e pessoas entre diferentes partes do estado.

6. PERFIL DAS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO

6.1. REGIONAL BICO DO PAPAGAIO

Localizada no norte do estado, entre a confluência dos rios Araguaia e Tocantins, fronteira com os estados do Pará e Maranhão, abrange 25 municípios. Possui uma superfície de 15.767,5 km², correspondendo a apenas 5,68% do território tocantinense (menor dentre todas as regionais).

Sua história é marcada por intenso fluxo de trabalhadores rurais da Região Nordeste do país que afluíram à região nas décadas de 1970 e 1980, atualmente agricultores familiares, bem como de fazendeiros e investidores do centro-sul do país, motivados pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal como forma de promover a ocupação da Amazônia.

Há significativa ocupação pela criação extensiva de gado e por uma agricultura menos tecnificada, baseada na mão de obra familiar e pequenos tratores. Apesar de haver terras de boa qualidade, a explicação pode estar ligada à estrutura fundiária confusa e indefinida em algumas partes e a pouca utilização de tecnologia moderna.

Numa região originalmente recoberta por florestas ombrófilas, correspondentes ao bioma amazônico, o aspecto ambiental mais relevante atualmente é a existência de baixa cobertura de remanescentes florestais bastante fragmentados e alterados, mas que representam áreas de muita importância para a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Evidencia-se ainda a presença dos palmeirais, uma vegetação secundária com o predomínio da palmeira babaçu, explorada economicamente por algumas comunidades para extração das suas amêndoas. A Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins (RESEX), em Carrasco Bonito, foi criada para manejo sustentável da palmeira babaçu.

Outros aspectos que merecem destaque nessa região são os ambientes naturais à margem dos rios das duas grandes bacias que ocorrem na região, a do Tocantins e do Araguaia, conferindo-lhe, então, uma rica biodiversidade, áreas de baixa aptidão agropecuária e com tendência de uso restrito do solo, mas que, mesmo assim, sofrem intensa pressão antrópica. As áreas de serra e ecótono (mistura de espécies de Florestas Estacionais e Florestas Ombrófilas), extremamente ameaçados devido ao desmatamento, ocorrem em áreas de maior declividade nas serras, principalmente no divisor de águas das bacias dos rios Tocantins e Araguaia, estabelecidas em rochas ígneas e metamórficas, que as caracterizam como de baixa aptidão agrícola.

Na regional está localizada parte da Área de Proteção Ambiental - APA Lago de Santa Isabel, linear ao rio Araguaia.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Como exposto anteriormente, a Regional do Bico do Papagaio compreende 25 municípios, com população total de 202.747 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE sistematizado na Tabela 10, e densidade demográfica de 12,86 habitantes/km². Os municípios de Araguatins, Augustinópolis e Tocantinópolis concentram cerca de 35% da população regional. Os dados populacionais podem ser consultados na Tabela 10.

Há certa homogeneidade socioeconômica em nível regional. Os municípios de Araguatins, Augustinópolis e Tocantinópolis dividem a influência nas demais cidades, ao passo que sofrem influência de Araguaína, do Arranjo Populacional - AP de Imperatriz no sul do Maranhão e do nordeste do Pará.

Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM no ano de 2010, nove municípios da Regional Bico do Papagaio estão posicionados dentre os 25% piores resultados do estado. A cidade que apresentou melhor classificação, de acordo com a metodologia de cálculo, foi Tocantinópolis, que se posicionou em 19º dentre os 139 municípios tocantinenses, como pode ser observado na Tabela 11.

Na ótica da produção, o Bico do Papagaio está concentrado no setor terciário, com 70,08% do Produto Interno Bruto - PIB no ano de 2020; o setor agropecuário representou cerca de 20% da Regional. No entanto, cabe salientar que dentre todas as regionais, o Bico do Papagaio possui o maior impacto do serviço público no Valor Agregado. Considerando o estado como um todo, os municípios de Araguatins e Tocantinópolis tem maior participação, porém, sem grande expressão no cenário estadual. Os dados do PIB podem ser consultados na Tabela 9.

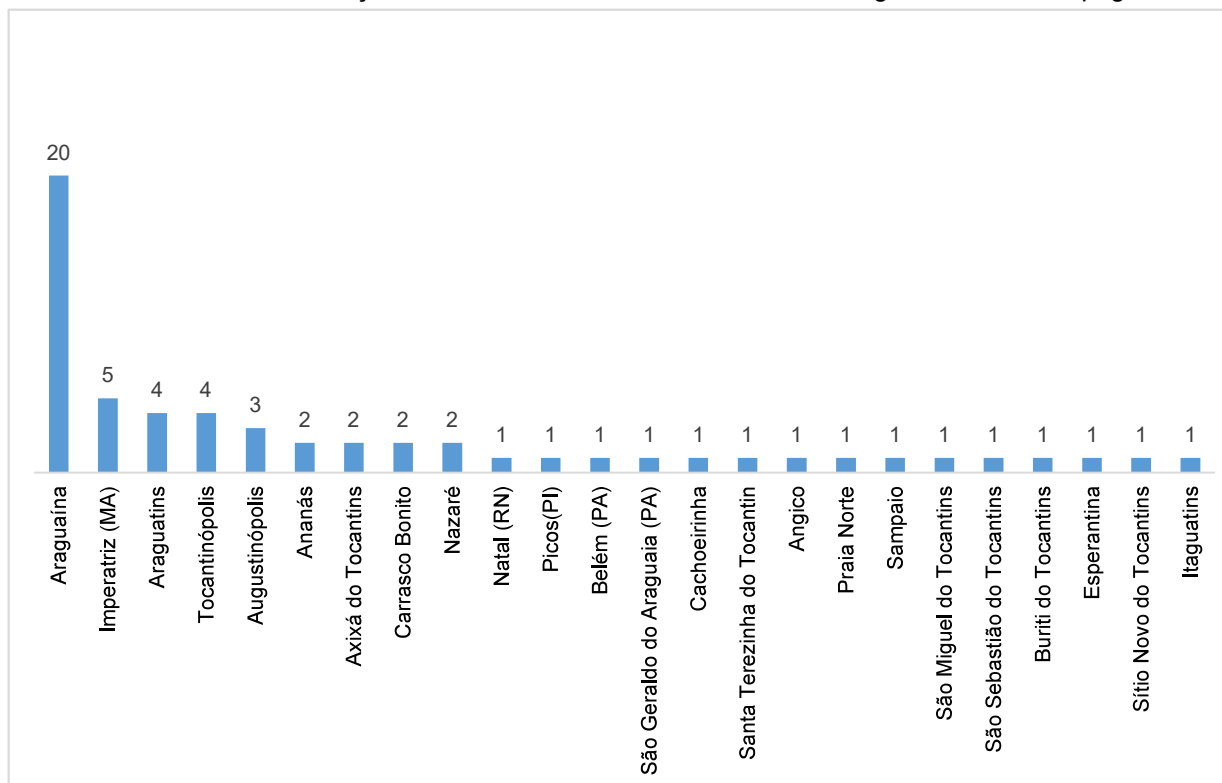
PRODUÇÃO E FLUXO AGROPECUÁRIO

Conforme dados contidos na Tabela 1, a cadeia da pecuária é predominante, com destaque para a criação de bovinos e bubalinos de corte como primeiro produto agropecuário de maior valor estimado em 17 dos 25 municípios da regional. O segundo produto de maior expressividade é a criação de frango de corte em 7 municípios.

Analisando os dados da Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura do IBGE, a área plantada de eucalipto na Regional do Bico do Papagaio representou 32% do total Estadual em 2021, conforme sistematizado na Tabela 15. O município de São Bento do Tocantins possui cerca de dois terços da área plantada na regional.

A produção de bovinos e bubalinos de corte tem como destino principal o município de Araguaína (Capital Regional C), seguido por Imperatriz (MA), Araguatins e Tocantinópolis - Gráfico 1.

Gráfico 1. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Bico do Papagaio



Fonte: IBGE (2020).

Tabela 1. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Bico do Papagaio segundo REGIC - 2018

Regional	Nº de Produtos	Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	Produto 5
Araguatins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Buriti do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Cachoeirinha	2	Frango de corte	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
Esperantina	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Leite	-	-	-
Luzinópolis	2	Frango de corte	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
São Bento do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Leite	-	-	-
São Sebastião do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Augustinópolis	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Axixá do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Carrasco Bonito	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Itaguatins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Maurilândia do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Praia Norte	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Sampaio	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Leite	-	-	-
São Miguel do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Aquicultura (peixes, alevinos, camarões, ostras e outros)	-	-	-
Sítio Novo do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Aguiarnópolis	2	Frango de corte	Banana (cacho)	-	-	-
Ananás	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Angico	2	Frango de corte	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
Darcinópolis	3	Ovos de galinha	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-
Nazaré	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Frango de corte	-	-	-
Palmeiras do Tocantins	2	Frango de corte	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
Riachinho	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Santa Terezinha do Tocantins	2	Frango de corte	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
Tocantinópolis	2	Frango de corte	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-

Fonte: IBGE (2020).

REDE DE INFLUÊNCIA

Intrarregional

- Os municípios de *Buriti do Tocantins*, *Carrasco Bonito*, *Esperantina*, *Praia Norte*, *Sampaio*, *São Sebastião do Tocantins* se subordinam ou vinculam diretamente a cidade de **Augustinópolis**;

- Os municípios de *Cachoeirinha* e *São Bento do Tocantins* se vinculam à cidade de **Araguatins**; o município de *Cachoeirinha* também se vincula - nível 2 - à cidade de Augustinópolis;
- Os municípios de *Nazaré* e *Santa Terezinha do Tocantins* ao **Centro Sub-Regional B Arranjo Populacional de Tocantinópolis/TO - Porto Franco/MA**.

Inter-regional

- Os municípios de *Ananás*, *Angico*, *Darcinópolis*, *Luzinópolis*, *Muricilândia* e *Riachinho* à **Capital Regional C - Araguaína**;
- O município de *Tocantinópolis* à **Capital Regional B - Palmas** e ao **Arranjo Populacional de Imperatriz/MA (nível 2)**.

Interestadual

- Os municípios de *Aguarnópolis*, *Araguatins*, *Augustinópolis*, *Axixá do Tocantins*, *Itagatins*, *São Miguel do Tocantins* e *Sítio Novo do Tocantins* ao **Arranjo Populacional de Imperatriz/MA**;
- O município de *Palmeiras do Tocantins* ao **Arranjo Populacional de Estreito/MA**.

LIGAÇÃO ENTRE CIDADES

Na Regional Bico do Papagaio pode-se observar que Palmas (Capital Regional B) exerce menor atração em comparação a outras Regionais (Mapa 49). Como fatores para essa condição, indica-se a distância de deslocamento e a presença de municípios com boa infraestrutura para atendimento das necessidades listadas no questionário, sejam inter-regionais como Araguaína (Capital Regional C) ou interestaduais como o Arranjo Populacional - AP de Imperatriz/MA.

Historicamente, o Bico do Papagaio possui fortes laços econômicos, sociais e culturais com o sul do Maranhão, nordeste do Pará e com a cidade de Araguaína. Tais laços se consolidaram mesmo antes da criação do Tocantins e podem ser observados pela forte vinculação exposta anteriormente. Araguaína exerce grande influência pela dinâmica produtiva desenvolvida, que, apesar de estar fortemente vinculada a setores do agronegócio, possibilitou grande avanço dos setores de serviços, bem como a oferta de ensino superior e de atendimento de saúde de maior complexidade.

Quanto ao AP de Imperatriz/MA, ponto de referência para os municípios da Regional Bico do Papagaio, exerce influência em função da proximidade geográfica e das diversas oportunidades que a cidade oferece em termos de comércio, serviços, educação, saúde e emprego.

Dentre os municípios que fazem parte da Regional Bico do Papagaio, pode-se destacar Augustinópolis (Centro de Zona B) exercendo atração para acesso ao ensino superior, saúde de baixa e média complexidade e alguns casos de saúde de alta complexidade; Araguaína (Centro de Zona B) e o AP Tocantinópolis/TO - Porto Franco/MA que recebem deslocamentos dos municípios circunvizinhos para compra de vestuário e calçados, móveis e eletroeletrônicos, e alguns casos para ensino superior e saúde de baixa e média complexidade (Mapa 50).

Já o deslocamento para acessar transporte público é bem variado entre os municípios da regional e fora dela e da mesma forma para atividades culturais e esportivas, conforme sistematizado no Quadro 5.

6.2. REGIONAL NORTE

Posicionada na fronteira com os estados do Pará (oeste) e Maranhão (leste), abrange 15 municípios. Seu território totaliza 26.436,57 km², equivalente a 9,53% da área do estado.

Araguaína, com uma economia bastante diversificada, possui a 2ª maior população dentre todas as cidades tocantinenses. Além da agricultura e da pecuária, destacam-se o comércio local e o Distrito Agroindustrial de Araguaína - DAIARA, contando com quatro frigoríficos de referência nacional. São encontrados também curtumes, em pequeno número, especializados na produção de couro *wet blue*. Mais recentemente, a instalação de faculdades impulsionou a iniciativa privada na esfera de serviços.

A regional possui características naturais heterogêneas, cuja paisagem é evidenciada pela vegetação nativa.

A parte oeste abrange a bacia hidrográfica do Araguaia, tendo sido originalmente recoberta por vegetação florestal de Floresta Ombrófila, correspondente à porção tocantinense do bioma Amazônia. Essa superfície possui solos classificados como argissolos e latossolos, com diferentes teores de argila, e alto potencial para pecuária intensiva e/ou culturas de ciclo curto e longo. Em razão do potencial econômico das terras e de incentivos fiscais do governo federal, a partir do final da década de 1960, grande parte das florestas foi convertida em pastagens plantadas, que dão suporte a uma expressiva atividade pecuária de corte.

A superfície correspondente à bacia hidrográfica do Tocantins foi ocupada pelo bioma Cerrado, sendo recoberto por formações vegetais de estrutura campestre, savânica (cerrado ralo, típico ou denso) ou florestal (cerradão), bem como área de contato entre o Cerrado e a Floresta Estacional nas encostas dos vales. Possui preponderância de solos classificados como neossolos quartzarênicos e plintossolos, indicados com potenciais para pecuária extensiva, bem como ocorrências de latossolos na extremidade leste, municípios de Goiatins e Campos Lindos, com aptidão para culturas de ciclo curto, ocupados por lavouras de grãos, rentabilizando altos índices de produtividade.

Na regional está localizada uma parcela da APA Lago de Santa Isabel, linear ao rio Araguaia e parte da Área Indígena Kraolândia. No município de Filadélfia localiza-se o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A Regional Norte possui população total de 268.527 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, onde o município de Araguaína se destaca, concentrando cerca de 65% da população, conforme exposto na Tabela 10, com densidade demográfica de 9,18 habitantes/km².

Araguaína se configura como uma Capital Regional C, exercendo grande influência em todo o meio norte do estado do Tocantins. Apresenta elevados índices de desenvolvimento humano para os padrões do Tocantins, se posicionando na 508ª colocação da classificação nacional de municípios, com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 2010, conforme exposto na Tabela 11. De outra forma, o município ranqueado com o segundo pior IDHM no estado do Tocantins, Campos Lindos, também integra a regional.

Na ótica da produção, pelo próprio caráter de influência regional, Araguaína acaba por concentrar e interferir no resultado observado. Apresenta 5,6% da produção industrial do estado, segundo maior valor, mesmo que focado em produção de bens de consumo não duráveis, característica marcante da

indústria tocaninense. Complementa a matriz produtiva da cidade, forte setor de serviços, correspondendo 7,4% do setor no Tocantins.

Em contraste, a Regional como um todo apresenta expressiva produção agropecuária, com características distintas. Os municípios de Campos Lindos e Goiatins apresentam significativa produção de grãos, com destaque para a soja e o milho, ao passo que os municípios a oeste da regional têm como característica a pecuária de corte, conforme sistematizado nas tabelas 12, 13 e 14. A Agropecuária representa 10,16% do PIB regional, ao passo que, essa produção corresponde a 8,82% do PIB agropecuário do Tocantins. Tais informações podem ser consultadas na Tabela 9.

PRODUÇÃO E FLUXO AGROPECUÁRIO

Destaca-se a cadeia da pecuária, com a criação de bovinos e bubalinos de corte como primeiro produto agropecuário de maior valor estimado em 12 dos 15 municípios. A Regional Norte também apresenta produção de soja significativa, com destaque para Campos Lindos, maior produtor do estado, com aproximadamente 11% do total - tabelas 12 e 13.

A área plantada de eucalipto na Regional Norte representou 24% do total estadual em 2021, sendo que os municípios de Araguaína e Campos Lindos são responsáveis por 66% de toda a área plantada na Regional em questão, conforme sistematizado na Tabela 15.

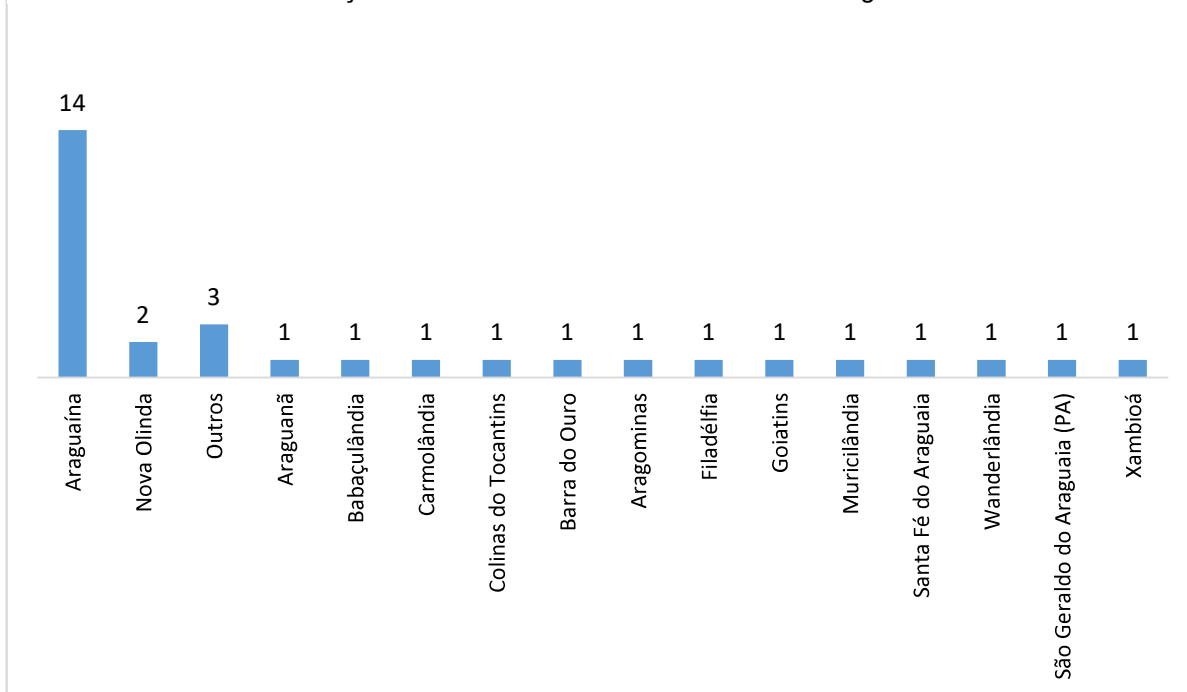
Tabela 2. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Norte segundo REGIC - 2018

Regional	Nº de Produtos	Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	Produto 5
Aragominas	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Araguaína	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Babaçulândia	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Ovos de galinha	Milho (em grão)	-	-
Carmolândia	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Filadélfia	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Muricilândia	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Nova Olinda	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Santa Fé do Araguaia	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Wanderlândia	5	Bovinos e Bubalinos de corte	Frango de corte	Mandioca	Milho (em grão)	Coco-da-baía
Barra do Ouro	2	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
Campos Lindos	2	Soja (em grão)	Milho (em grão)	-	-	-
Goiatins	3	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	Milho (em grão)	-	-
Araguanã	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Piraquê	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Xambioá	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-

Fonte: IBGE, 2020.

A produção de bovinos e bubalinos de Corte tem como destino principal o município de Araguaína (Capital Regional C), conforme Gráfico 2.

Gráfico 2. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Norte



Fonte: IBGE (2020).

REDE DE INFLUÊNCIA

Intrarregional

- Os municípios de *Aragominas, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Goiatins, Araganã, Piraquê e Xambioá* se subordinam ou vinculam diretamente à **Capital Regional C - Araguaína**;

Inter-regional

- O município de *Araguaína* vincula-se à **Capital Regional B - Palmas**.

LIGAÇÃO ENTRE CIDADES^[6]

O município de **Araguaína (Capital Regional C)**, segunda maior cidade do estado em população e Produto Interno Bruto - PIB (2020), atrai deslocamentos de todos os demais municípios que fazem parte da regional, para 90% dos tipos de ligação (Mapa 51). A cidade possui funcionalidade central pela sua atividade comercial, prestação de serviços, de saúde de alta e média complexidade e educação superior. Sua dinamicidade vincula-se à posição estratégica no contato dos três estados (Pará, Maranhão e Tocantins), à acessibilidade rodoviária e ferroviária, e funcionalidade como insumos para bovinos de corte e prestadoras de serviços especializados (financiamento, comercialização e assistência técnica) ao campo moderno.

^[6] Nota 1: os municípios de Filadélfia e Xambioá não responderam a pesquisa do IBGE (REGIC 2018).

Araguaína não se constituiu como centro em razão dos ciclos econômicos da formação econômica do Brasil, mas sim como centro de interligação da expansão da fronteira econômica brasileira, advindo dos investimentos para a integração do território nacional, principalmente com a construção da BR-153. Essa característica é marcante para o processo de urbanização do Tocantins, ainda como Norte de Goiás, podendo ser observado como grande fator para o fortalecimento dos principais núcleos populacionais, assim como centros intermediários, como será visto mais à frente.

A dinâmica de ocupação do território do antigo Norte de Goiás é transformada com a construção da BR-153, observando grande migração da dinâmica de circulação de mercadorias que antes estava vinculada ao transporte pelo rio Tocantins, que abrigava os principais núcleos de povoamento.

A partir desse processo, Araguaína se desenvolve, não apenas como reflexo de sua dinâmica produtiva, mas também como ponto de oferta de serviços dos mais variados, comércio, ensino superior e saúde. A importância de Araguaína para a Regional, assim como ponto de influência inter-regional exposto é marcante para todo meio norte e norte do Tocantins.

Pode-se observar também que a **Capital Regional B - Palmas** exerce pouca atração aos municípios dessa região, ficando os deslocamentos mais restritos em busca de serviços aeroportuários - vide Quadro 6.

Cabe destacar o município de Araguaã que, pela proximidade com o Arranjo Populacional de São Geraldo do Araguaia/PA, desloca-se para usufruir de serviços de compra de vestuário e calçados, móveis e eletroeletrônicos e saúde de baixa e média complexidade (Mapa 52).

6.3. REGIONAL MEIO NORTE

A regional tem fronteiras com os estados do Pará (oeste) e Maranhão (leste) e compreende territórios de 25 municípios, totalizando 35.047,07 km², correspondente a 12,63% da superfície do Tocantins.

Três municípios sobressaem: Colinas do Tocantins, Guaraí, localizados no eixo da BR-153, e Pedro Afonso. Com a abertura da rodovia BR-153, na década de 1960, houve grande afluência de pessoas vindas de diversas partes do país à procura de terras, mas também para abertura de comércio e em busca de empregos.

A produção agrícola foi alavancada a partir de meados da década de 1990, após a criação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer, no município de Pedro Afonso e entorno. As condições favoráveis de solo, clima e relevo proporcionam alta produtividade média anual da soja e também aptidão para o cultivo da cana-de-açúcar. Em razão dessa matéria prima, novos segmentos de atividade econômica também ganharam importância, a exemplo da fabricação de biocombustíveis.

Originalmente, a paisagem dessa regional, foi marcada por uma transição gradativa da Floresta Amazônica (Floresta Ombrófila) para o Cerrado.

As áreas florestais recobriam os municípios de Arapoema, Bernardo Sayão e Bandeirantes do Tocantins, no vale do rio Araguaia e afluentes, bem como uma faixa alongada no divisor de águas Tocantins-Araguaia, entre os municípios de Juarina e Taboão. A floresta, com rica biodiversidade, desenvolveu-se sobre solos profundos e bons índices pluviométricos; em razão dessas características naturais foi, em quase sua totalidade, convertida em extensas pastagens plantadas, que dão suporte a uma expressiva atividade pecuária de corte. O município de Colinas do Tocantins é um centro de destaque na cadeia da pecuária regional.

As áreas de Cerrado foram objeto de ocupação em razão da atividade pecuária. Durante o avanço das frentes pioneiras de ocupação, nas décadas de 1950 e 1960, a utilização das pastagens nativas do Cerrado para o pastoreio antecedeu a ocupação das áreas florestais. A partir das décadas seguintes, essas pastagens nativas foram substituídas por gramíneas exógenas, como a braquiária, que proporcionam maior suporte à bovinocultura.

Ressalta-se, nas bacias hidrográficas dos rios Tocantins e Sono, em ambiente do Cerrado, a ocorrência de áreas com alta aptidão agrícola para culturas de ciclo curto e/ou longo e pecuária intensiva, que foram transformadas em lavouras de grãos e cana-de-açúcar. Essas superfícies estão situadas nos municípios de Pedro Afonso, Tupirama e Santa Maria do Tocantins.

A regional abriga parcialmente a Área Indígena Kraolândia, no município de Santa Maria do Tocantins.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A Regional Meio Norte possui população total de 158.588 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022 sistematizados na Tabela 10, e densidade demográfica de 4,52 habitantes/km², correspondendo 10,49% da população tocantinense. Os municípios de Colinas do Tocantins, Guaraí e Pedro Afonso concentram a maior parte da população regional, com 21,59%, 15,62% e 8,86%, respectivamente. A dinâmica de ocupação e concentração populacional atende o caráter de atração que a construção da Rodovia BR-153 proporcionou, transformando-os em centros urbanos de influência.

Analisando a relação de ocupação e produção pela ótica do desenvolvimento humano (Tabela 11), constata-se certa disparidade no Meio Norte. Enquanto os municípios de maior concentração

populacional - Colinas do Tocantins, Guaraí e Pedro Afonso - possuem relativo desenvolvimento, a Regional apresenta dois dentre os três piores resultados do IDHM para o conjunto dos 139 municípios tocantinenses, especificamente Centenário, o terceiro pior, e Recursolândia, o pior.

Do ponto de vista da produção, o PIB do Meio Norte foi o quinto maior dentre as regionais no Tocantins, com participação de 10,48%, conforme sistematizado na Tabela 9. A composição do Valor Agregado regional está dividido em 24,84% da produção agropecuária, 11,12% da indústria e 57,01% do setor terciário.

Na Regional Meio Norte, os municípios de Colinas do Tocantins, Guaraí e Pedro Afonso concentram quase a metade de todo o Produto Interno Bruto. Colinas do Tocantins e Guaraí possuem características semelhantes, com ênfase no comércio e demais serviços, ao passo que Pedro Afonso demonstra grande impacto na produção agropecuária, 24,45% e teve importante resultado industrial, com 17,50% do agregado do setor para a Região, amparado no beneficiamento da produção de grãos.

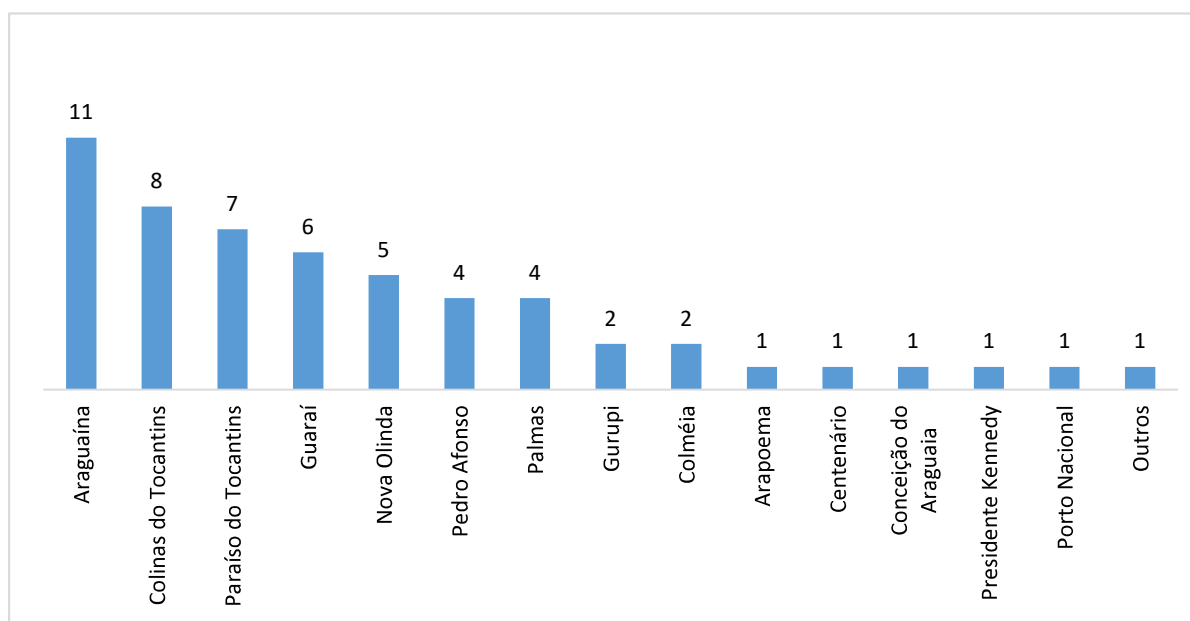
PRODUÇÃO E FLUXO AGROPECUÁRIO

Conforme sistematizado na Tabela 3, em 22 dentre os 25 municípios da Regional, a criação de bovinos e bubalinos de corte é primeiro produto agropecuário de maior valor estimado. Destaca-se também a soja, com 620.788 toneladas produzidas em 2021, ficando atrás apenas da Regional Sul (681.445 t) e da Regional Central (638.856 t), conforme dados contidos na Tabela 12.

A área plantada de eucalipto no Meio Norte representou apenas 6% do total estadual em 2021, sendo que os municípios de Bom Jesus do Tocantins e Colinas do Tocantins somam 49% de toda a plantação da Regional (Tabela 15).

Com relação ao destino principal da produção de bovinos e bubalinos de corte, o município de Araguaína (Capital Regional C) tem como destinação 11 municípios da Regional, seguida por Colinas do Tocantins (Centro de Zona A) com 8 municípios, Paraíso do Tocantins (Centro Sub-Regional B) com 7, Guaraí (Centro de Zona A) com 6 e Nova Olinda 5, conforme demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Meio Norte



Fonte: IBGE, 2020.

Tabela 3. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Meio Norte segundo REGIC - 2018

Regional	Nº de Produtos	Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	Produto 5
Arapoema	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Bandeirantes do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Bernardo Sayão	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Brasilândia do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Colinas do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Palmeirante	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Pau d'Arco	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Colméia	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Couto de Magalhães	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Goianorte	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Guaraí	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Itapiratins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Itaporã do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Juarina	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Abacaxi	-	-	-
Pequizeiro	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Presidente Kennedy	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Tabocão	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Tupiratins	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	Leite	-	-
Bom Jesus do Tocantins	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	Cana-de-açúcar	-	-
Centenário	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Itacajá	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Pedro Afonso	2	Cana-de-açúcar	Soja (em grão)	-	-	-
Recursolândia	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Santa Maria do Tocantins	2	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
Tupirama	2	Cana-de-açúcar	Soja (em grão)	-	-	-

Fonte: IBGE, 2020.

REDE DE INFLUÊNCIA

Intrarregional

- Os municípios de *Bandeirantes do Tocantins*, *Bernardo Sayão*, *Brasilândia do Tocantins*, *Itapiratins*, *Juarina* e *Tupiratins* se subordinam ou vinculam diretamente ao **Centro de Zona A - Colinas do Tocantins**;
- Os municípios de *Itaporã do Tocantins*, *Pequizeiro*, *Presidente Kennedy* e *Taboão* ao **Centro de Zona A - Guaraí**;
- O município de *Santa Maria do Tocantins* ao **Arranjo Populacional de Pedro Afonso/TO**.

Inter-regional

- Os municípios de *Arapoema*, *Colinas do Tocantins*, *Palmeirante* e *Pau D'Arco* se subordinam ou vinculam diretamente à **Capital Regional C - Araguaína**;
- Os municípios de *Goianorte*, *Guaraí*, *Bom Jesus do Tocantins*, *Centenário*, *Colméia*, *Itacajá*, *Pedro Afonso*, *Recursolândia* e *Tupirama* à **Capital Regional B - Palmas**.

Interestadual

- O município de *Couto de Magalhães* se subordina ou vincula diretamente à cidade de **Conceição do Araguaia (PA)**.

LIGAÇÃO ENTRE CIDADES^[7]

A Regional Meio Norte recebe e divide inter-regionalmente a influência das duas maiores cidade do estado (**Palmas e Araguaína**), que desempenham papéis distintos, mas complementares, na influência não apenas dela, em decorrência da centralidade entre os dois municípios, mas sobre todo o estado do Tocantins (Mapa 53). De forma mais específica, **Araguaína** (Regional Norte) exerce atração pela sua relevância econômica, principalmente no agronegócio, enquanto a **capital Palmas** (Regional Central) pela influência política, administrativa, cultural e econômica como capital do estado.

Quando passamos a analisar a rede intrarregional (Mapa 54), também é nítida a maior influência dos municípios de **Colinas do Tocantins e Guaraí**, ambos *Centros de Zona A*, na atração dos deslocamentos (Quadro 9). Os municípios têm forte presença nas atividades agropecuárias e de comércio na região, com diferenças específicas em relação a outras atividades econômicas e infraestrutura.

Também é importante destacar que o **Arranjo Populacional de Pedro Afonso/TO** (*Centro de Zona B*) tem importante papel intrarregional, exercendo atração para diversas ligações em municípios ao leste da Regional, como **Centenário**, **Itacajá**, **Recursolândia** e **Santa Maria do Tocantins**.

As cidades de Colinas do Tocantins e Guaraí se consolidaram como centros intermediários e comerciais a partir do processo de desenvolvimento recorrente da implantação da rodovia BR-153, assim como, da criação do estado do Tocantins. Pedro Afonso conseguiu desenvolver laços com os municípios da parcela oriental da Regional. Esses municípios se destacam como os principais centros de influência da regional, que como dito anteriormente, possuem grande influência de Araguaína e da capital Palmas.

^[7] Nota 2: os municípios de Bom Jesus do Tocantins e Tupirama não responderam a pesquisa do IBGE (REGIC 2018).

6.4. REGIONAL VALE DO ARAGUAIA

A regional faz fronteira com os estados do Mato Grosso e Pará e engloba 15 municípios. Seu território possui 41.611,27 km², correspondente a 15,00% da área estadual.

Por se tratar de uma área plana e sujeita a inundações, o relevo atua como elemento fundamental no processo seletivo de ocorrência das diferentes tipologias. Quanto maior a umidade do solo, maior a ocorrência de vegetação herbácea; já nos pontos um pouco mais altos, de melhor drenagem, gradativamente a vegetação é ocupada por indivíduos arbóreos do Cerrado.

Essas condições peculiares permitem o desenvolvimento, na maior parte da área, da Savana Parque com Murunduns, que é uma formação vegetal constituída por um estrato graminoide, entremeada por grupamentos de árvores isoladas (ilhas), que possuem altura média de 3 a 6 metros. Nas demais áreas, ocorrem formações florestais do Cerradão, com enclave de Floresta Estacional Semidecidual, diversas fitofisionomias de Cerrado, e as florestas que margeiam os rios, Floresta Estacional Semidecidual Aluvial e Mata de Galeria, associadas às Formações Pioneiras de Influência Fluvial (brejos).

A agropecuária se faz presente no município de Pium, subindo em direção norte conformando grande parte dos municípios de Caseara, Araguacema, Chapada da Areia e Monte Santo. Já nos polos de irrigação privada nas imediações de Lagoa da Confusão, na bacia do Rio Formoso, encontra-se a maior produção e volume de exportação de frutas.

A regional situa-se no médio Araguaia e caracteriza-se por seu potencial turístico, principalmente nos municípios de Araguacema e Caseara.

Na Região está localizado o Parque Nacional do Araguaia, unidade de conservação federal de proteção integral criada em 1971, com o objetivo de proteger parte do ecossistema de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, os dois maiores biomas brasileiros. Ocupando um terço da Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, sua área abrange uma extensa planície inundável, composta pelo funil entre os rios Javaés e Araguaia. Há também a Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal/Cantão e o Parque Estadual do Cantão, unidades de conservação estadual.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A Regional Vale do Araguaia compreende 15 municípios, com população de 126.761 habitantes, conforme Censo Demográfico de 2022 (Tabela 10), e densidade demográfica de 3,05 habitantes/km². Os municípios de Paraíso do Tocantins e Lagoa da Confusão se destacam com 41,31% e 12,06% da população total da Regional.

Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Tabela 11), Paraíso do Tocantins se posicionou como segundo melhor município do Tocantins, destoando da maioria dos municípios da regional, que possuem resultados medianos para a amostra estadual. O pior resultado foi apresentado pelo município de Dois Irmãos do Tocantins, que se posicionou dentro dos 10% piores índices estudados no Tocantins.

O município de Paraíso do Tocantins, classificado como um Centro Sub-Regional B, é referencial econômico na Regional, de acordo com informações contidas na Tabela 9. Sua dinamicidade produtiva está alicerçada principalmente na prestação de serviços e no comércio, sendo responsável por 46,42% do PIB de serviços do Vale do Araguaia, amparado estrategicamente pelos fluxos rodoviários interconectados pela rodovia BR-153. Paraíso do Tocantins apresenta, ainda, significativo resultado industrial para a região, com 62,18% do PIB setorial.

Na ótica da produção, para os demais municípios da Regional, a análise da composição do PIB apresentou forte participação dos setores primário e terciário, com participação relativa de 39,94% e 46,17%, respectivamente. Os municípios de Lagoa da Confusão, Caseara e Pium apresentam as maiores produções agrícolas do Vale do Araguaia, conforme dados sistematizados nas tabelas 12 e 13, com destaque principal para Lagoa da Confusão, que concentrou cerca de 30% do PIB agropecuário (Tabela 9).

PRODUÇÃO E FLUXO AGROPECUÁRIO

Na Regional Vale do Araguaia, a criação de bovinos e bubalinos de corte é o produto agropecuário de maior valor estimado em 12 dos 15 municípios, e a produção de soja como segundo produto em valor estimado em 8 dos 15 municípios da Regional, conforme Tabela 4. Cabe destacar que a Regional detém 62,05% de toda a produção de milho do Tocantins, graças ao município de Lagoa da Confusão, responsável por 45,02% da produção estadual (Tabela 12).

A área plantada de eucalipto no Vale do Araguaia representou apenas 3% do total estadual em 2021. Os municípios de Dois Irmãos do Tocantins e Araguacema somam 83% de toda a plantação da Regional, conforme sistematizado na Tabela 15.

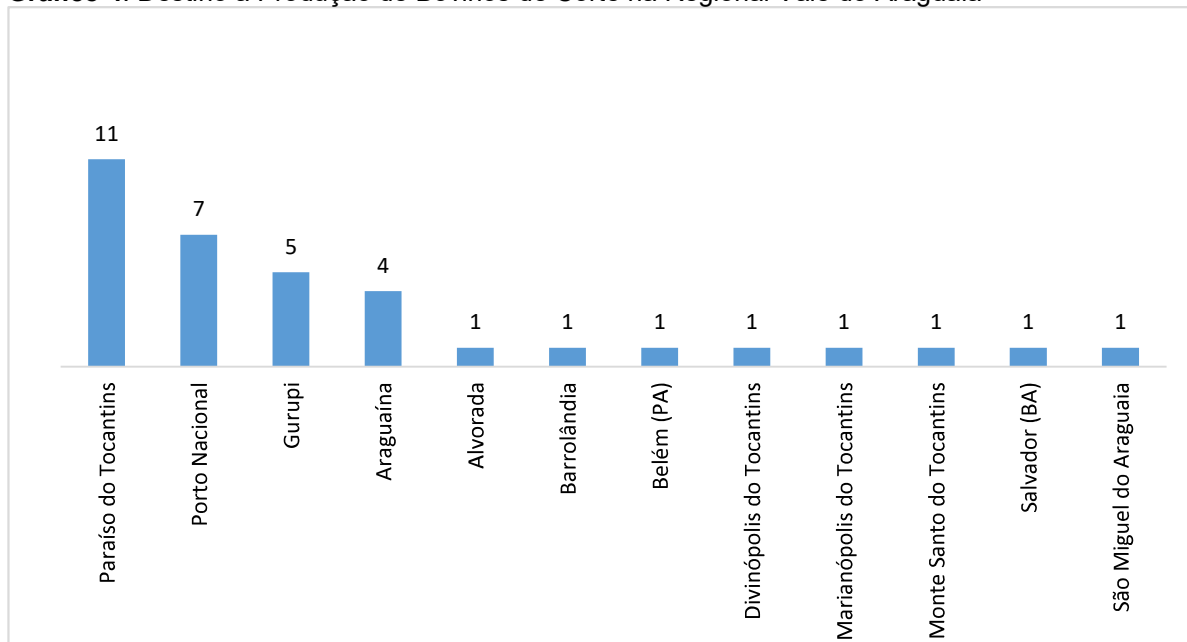
Tabela 4. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Vale do Araguaia segundo REGIC - 2018

Regional	Nº de Produtos	Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	Produto 5
Abreulândia	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Araguacema	2	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte ^e	-	-	-
Caseara	2	Soja (em grão)	Milho (em grão)	-	-	-
Divinópolis do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Dois Irmãos do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Marianópolis do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Barrolândia	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Chapada de Areia	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Monte Santo do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Abacaxi	-	-	-
Paraíso do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Cristalândia	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Melancia	Arroz (em casca)	-	-
Lagoa da Confusão	3	Arroz (em casca)	Soja (em grão)	Melancia	-	-
Nova Rosalândia	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	Frango de corte	-	-
Pium	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	Arroz (em casca)	-	-
Pugmil	4	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	Abacaxi	Frango de corte	-

Fonte: IBGE (2020).

A produção de bovinos e bubalinos de corte na regional tem como destinos principais os municípios de Paraíso do Tocantins, Centro Sub-Regional B, seguido por Porto Nacional (Centro Sub-Regional B), conforme demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4. Destino a Produção de Bovinos de Corte na Regional Vale do Araguaia



Fonte: IBGE (2020).

REDE DE INFLUÊNCIA

Intrarregional

- Os municípios de *Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Pium e Pugmil* se subordinam ou vinculam diretamente ao **Centro Sub-Regional B - Paraíso do Tocantins**;

Inter-regional

- Os municípios de *Abreulândia, Araguacema, Lagoa da Confusão e Paraíso do Tocantins* se subordinam ou vinculam diretamente à **Capital Regional B - Palmas**.

LIGAÇÃO ENTRE CIDADES

Palmas, capital do estado, exerce atração em todos os municípios da Regional, principalmente com relação a saúde de alta complexidade, ensino superior e aeroporto, que se explica pela oferta dos serviços e proximidade para deslocamento (Mapa 55). Além disso, há destaque da cidade de **Paraíso do Tocantins (Centro Sub-Regional B)**, concentrando a maior parte dos deslocamentos dos municípios que compõe a Regional Vale do Araguaia.

Pode-se identificar também uma tendência de deslocamento interestadual aos municípios limítrofes dos estados do Pará e Mato Grosso para acessar transporte público. Há poucos acessos a municípios que não pertencem à Regional, em grande parte para atividades esportivas, conforme análise do Quadro 12.

O principal núcleo populacional da Regional, Paraíso do Tocantins, é outro exemplo de cidade que se consolida e desenvolve como entreposto comercial após a construção da rodovia BR-153.

Os deslocamentos intrarregionais se concentram em Paraíso do Tocantins (Mapa 56), que oferta serviços e oportunidades mais diretas; porém, a capital Palmas, até mesmo pela proximidade com a Regional, exerce grande influência por abrigar todo o aparato técnico institucional do poder público Estadual e Federal, bem como serviços, atividades comerciais e oportunidades econômicas mais complexas.

6.5. REGIONAL CENTRAL

A Regional Central envolve 13 municípios, sendo a única que não faz fronteira com nenhum outro estado da Federação. Possui uma superfície de 23.283,80 km², equivalente a 8,4 % da superfície estadual.

Palmas e Porto Nacional estão entre os municípios com maior desenvolvimento econômico do estado.

Na regional são encontrados Cerrados (cerrado denso, sentido restrito e ralo) e remanescentes de formações florestais (mata de galeria, cerradões e florestas estacionais); na paisagem ressaltam-se ainda alguns habitats específicos, como as Veredas. Sua distribuição na paisagem possui padrões bem definidos relacionados à disponibilidade de água e tipologia de solos. Gradativamente, a vegetação nativa tem sido substituída por pastagens plantadas e cultivos de grãos.

A regional possui clima úmido a sub-úmido, com moderada deficiência hídrica. Os tipos de solos mais preponderantes são plintossolos, latossolos e argissolos. Os plintossolos possuem certa limitação para mecanização e são destinados para a atividade pecuária. As manchas de latossolos e argissolos desenvolvidas em terrenos com baixa declividade e originalmente recobertos por cerrado denso, cerradão e florestas estacionais possuem aptidão para culturas de ciclo curto e longo e pecuária intensiva. Essas áreas estão sendo rapidamente ocupadas por culturas de grãos, principalmente da soja, na regional.

Porto Nacional sobressai pela expressiva área ocupada pelas lavouras temporárias, sobretudo para cultivo da soja. Parte dessa produção é processada localmente para produção de biodiesel. O município destaca-se também pela fruticultura, com cultivo de banana, maracujá, melancia, abacaxi e coco-da-baía. Parte significativa dessa produção é executado no Projeto de Irrigação São João, localizado na margem direita do reservatório da Usina Hidroelétrica - UHE Luís Eduardo Magalhães.

Como no restante do Tocantins, a Região Central também possui vocação para o ecoturismo, uma vez que seus municípios contam com praias fluviais e cachoeiras de fácil acesso, destacando-se o grande lago da Usina Lajeado, que permite diversas atividades de lazer (navegação, pesca, canoagem etc.).

Seu território abriga a APA do Lago de Palmas, a APA Serra do Lajeado e o Parque Estadual do Lajeado, todas unidades de conservação estaduais. O Parque Estadual do Lajeado é uma unidade de conservação estadual de proteção integral, com área superior a 9 mil hectares. Abrange os municípios de Palmas, Aparecida do Rio Negro, Lajeado do Tocantins e Tocantínia. Em relação aos povos originários, abriga a Terra Indígena Xerente.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A Regional Central possui população total de 438.535 habitantes, abrangendo a capital Palmas, que concentra cerca de 69% da população regional e 20,03% da população total do Tocantins. Distinguem-se ainda os municípios de Porto Nacional, com 14,69% da população do território, e Miracema do Tocantins, que concentra cerca de 4% dos habitantes. A Regional apresenta densidade demográfica de 18,83 habitantes/km², segundo dados do Censo Demográfico de 2022 sistematizados na Tabela 10.

Palmas, capital do estado, é o principal polo de desenvolvimento, sendo classificada com *Capital Regional B*, exercendo grande influência em todo o Tocantins. Apresenta elevados índices de desenvolvimento humano para os padrões do Tocantins, se posicionando em 76º no ranking nacional de municípios, conforme exposto na Tabela 11.

Evidencia-se ainda que Porto Nacional se configura como polo de influência classificado como *Centro Sub Regional B*, conforme exposto no Quadro 2, exercendo impacto nos municípios vizinhos e é o sexto maior IDHM do estado. Miracema, primeira capital do estado do Tocantins, se posicionou em 17ª posição. Tocantínia foi o único município da Regional a entrar no grupo dos 25% piores resultados estaduais.

Na ótica da produção, pelo próprio caráter de influência regional, Palmas concentra e interfere no resultado observado. Apresenta o maior valor de PIB, cerca de 12%, e os melhores resultados no setor industrial e de serviços do estado, com 12,58% e 15,28%, respectivamente, amparado em toda a infraestrutura instalada e no aparato da administração pública municipal, estadual e federal. Palmas aparece na 5ª colocação na produção do setor agropecuário, contribuindo com 10,50% de todo o PIB do setor na regional.

Ao isolar Palmas da análise regional, observa-se, pela análise da Tabela 9, que Porto Nacional e Miracema do Tocantins ainda possuem certa relevância na produção industrial, com participação de 23,60% e 11,88%, respectivamente. Porto Nacional ainda apresenta a maior participação no setor primário, com 21,24% da produção regional.

Em contraste à capital, a Regional como um todo apresenta significativa produção agropecuária, com destaque para os municípios de Brejinho de Nazaré, Monte do Carmo, Aparecida do Rio Negro, com participação relativa de 12,55%, 12,09% e 10,56%, respectivamente - Tabelas 12 e 13.

PRODUÇÃO E FLUXO AGROPECUÁRIO

A criação de bovinos e bubalinos de corte e a soja (em grãos) são os produtos agropecuários de maior valor estimado na mesma quantidade de municípios da Regional (sete cada), conforme sistematizado na Tabela 5. Complementando essa informação com os dados de Quantidade Produzida do ano de 2021, segundo IBGE, pode-se destacar que a Regional Central tem a segunda maior produção de soja no estado, com 17,42% (Tabela 12).

A área plantada de eucalipto na Regional Central representou 17% do total estadual em 2021, sendo que os municípios de Brejinho de Nazaré e Palmas concentram 89% da plantação regional (Tabela 15).

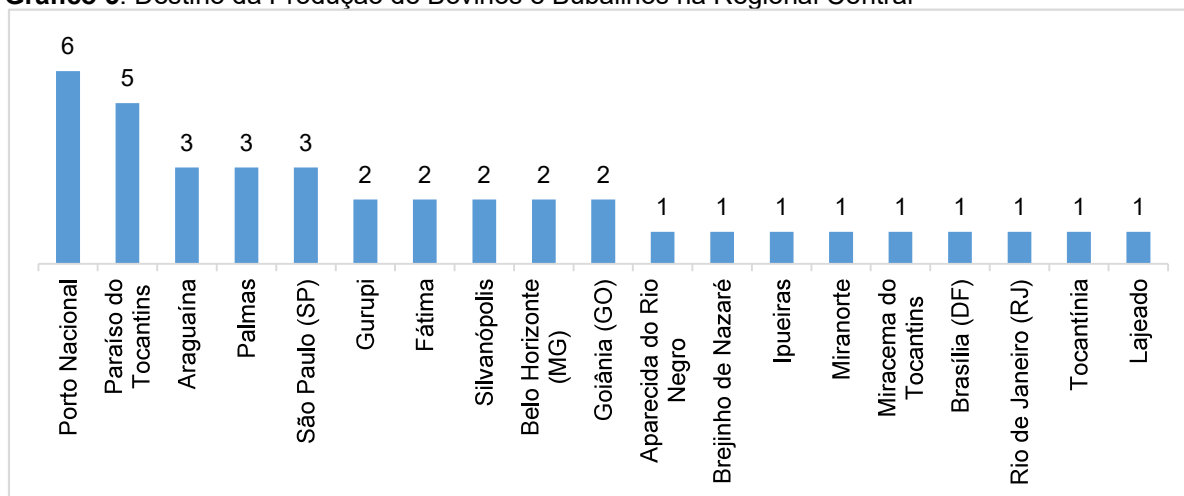
Tabela 5. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Central segundo REGIC - 2018

Regional	Nº de Produtos	Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	Produto 5
Miracema do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Abacaxi	-	-	-
Miranorte	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Leite	-	-	-
Rio dos Bois	2	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
Tocantínia	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Aparecida do Rio Negro	3	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	Milho (em grão)	-	-
Lajeado	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Suínos	Leite	-	-
Palmas	5	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	Aquicultura (peixes, alevinos, camarões, ostras e outros)	Lenha de extração vegetal	Milho (em grão)
Brejinho de Nazaré	2	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
Fátima	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Frango de corte	Soja (em grão)	-	-
Ipueiras	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Monte do Carmo	2	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-
Oliveira de Fátima	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Porto Nacional	3	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	Abacaxi	-	-
Silvanópolis	2	Soja (em grão)	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-

Fonte: IBGE, 2020.

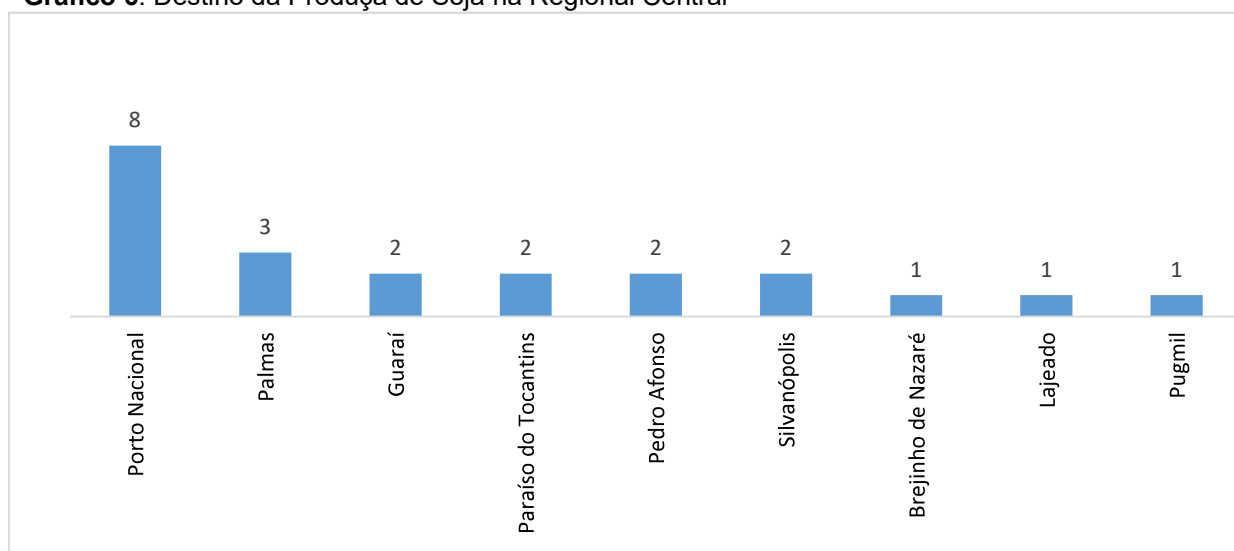
Os destinos principais para a produção de bovinos e bubalinos de corte são os municípios de Porto Nacional (Centro Sub-Regional B) e Paraíso do Tocantins (Centro Sub-Regional B), conforme demonstra o Gráfico 5. Já a produção de Soja tem como principal destino o município de Porto Nacional (Centro Sub-Regional B), conforme pode ser visto por meio do Gráfico 6.

Gráfico 5. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos na Regional Central



Fonte: IBGE (2020).

Gráfico 6. Destino da Produção de Soja na Regional Central



Fonte: IBGE (2020).

REDE DE INFLUÊNCIA

Intrarregional

- Os municípios de *Miracema do Tocantins, Miranorte, Rio dos Bois, Tocantínia, Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Porto Nacional e Silvanópolis* se subordinam ou vinculam diretamente a **Capital Regional B - Palmas**;
- Os municípios de *Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras e Monte do Carmo* ao **Centro Sub-Regional B - Porto Nacional**.

Inter-regional

- O município de *Oliveira de Fátima* se subordina ou vincula diretamente ao **Centro Sub-Regional B - Paraíso do Tocantins** e ao **Centro Sub-Regional B - Porto Nacional** (nível 2).

Interestadual

- O município de *Palmas* se subordina diretamente ao **Arranjo Populacional de Goiânia/GO**.

LIGAÇÃO ENTRE CIDADES^[8]

Na Regional Central está localizada a capital **Palmas (Capital Regional B)**, que naturalmente tem o potencial de atração e influência pela sua centralidade como capital. Além de ter oferta especializada de uma gama de serviços, abriga a sede dos órgãos encarregados da gestão territorial do estado (Mapa 57).

Outro município que cabe destacar é **Porto Nacional (Centro Sub-Regional B)**, onde 7 dentre os 14 municípios que englobam a Regional tem ligações para mais de um dos tipos de deslocamentos pesquisados (Mapa 58).

Observa-se, por meio do Quadro 8, que existem muitos deslocamentos para municípios que não fazem parte da Regional Central, na sua maioria para participar de atividades culturais, esportivas e acesso a transporte público, em poucos casos para compra de vestuário e calçados, móveis e eletroeletrônicos e nos casos mais específicos, deslocamentos para ensino superior em **Araguaína e Gurupi**.

^[8] Nota 3: o município de Tocantínia não respondeu a pesquisa do IBGE (REGIC 2018).

6.6. REGIONAL JALAPÃO

Localizada na porção leste-central do estado, fazendo divisa com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Essa regionalização compreende nove municipalidades. Abrange um território de 35.804,1 km², equivalente a 12,9% da superfície do estado do Tocantins.

O município de Mateiros é disparadamente a maior área plantada da Regional Jalapão, totalizando 39.395 ha de lavoura temporária.

O acesso ao Jalapão é um dos maiores entraves à dinamização da economia local, muito embora seja essa dificuldade umas das provedoras da conservação regional. Além das rodovias TO-030, TO-110 e TO-255, a região do Jalapão é servida por estradas não pavimentadas, como a TO-247 e a TO-476, cujas condições limitam o acesso. Os processos erosivos, a inexistência de pontes, as travessias sobre córregos e riachos e o solo arenoso da região dificultam ainda mais a chegada ao Jalapão. A condição das estradas se modifica consideravelmente conforme a época do ano: muita lama e poças na temporada de chuvas (de outubro até meados de abril) e muita poeira na época seca (de maio até setembro).

A paisagem caracteriza-se por apresentar uma baixa densidade de corpos hídricos, predomínio de solos arenosos (Neossolo Quartzarênico), além de serem ligeiramente mais encaixados. Isso diminui a disponibilidade de água para a vegetação do Cerrado, afetando sua estrutura, com presença esporádica do componente arbóreo, predominando as tipologias de Campo e Campo Sujo. A situação também se reflete no uso agropecuário, que apresenta apenas pastagem extensiva de baixa produtividade, a qual se confunde com as áreas naturais de campo, bastante alteradas devido à intensidade do fogo e do pastoreio. Na divisa com o estado da Bahia, nos Patamares, predominam os Latossolos, em espaços ocupados por agricultura intensiva. Ocorrem, ainda, algumas áreas isoladas de Patamares no interior das Unidades de Conservação.

O Jalapão é uma das áreas críticas e prioritárias para a conservação do Cerrado e, por extensão, uma região-chave em termos da conservação da biodiversidade global. Atualmente a região está protegida por quatro unidades de conservação de proteção integral: a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, o Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono, o Parque Estadual do Jalapão e abriga parte do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, representando o maior conjunto de UCs de proteção integral de todo o Cerrado. A Região também abriga cinco unidades de conservação de uso sustentável: as Áreas de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga e do Jalapão e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão, Fazenda Calixto e Mina d'Água (Minehaha). Este conjunto de unidades de conservação soma aproximadamente cerca de 3 milhões de hectares e apresenta grande relevância para a proteção da biodiversidade brasileira e global.

O Jalapão é, atualmente, um dos principais roteiros nacionais para os praticantes do ecoturismo e do turismo de aventura. Seus principais atrativos ecoturísticos estão situados ao longo da borda do Parque Estadual do Jalapão, em formato de um roteiro de aventura.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A Regional Jalapão compreende nove municípios, com população total de 34.701 habitantes segundo dados do Censo Demográfico de 2022 (Tabela 10), correspondendo a apenas 2,14% da população tocantinense, com densidade demográfica de apenas 0,97 habitantes/km². Os municípios da parcela oeste da regional concentram a maior parte da população regional. Ponte Alta do Tocantins concentra 21,86% da população do Jalapão, entretanto, representa menos de 1% da população total do Tocantins.

Na ótica do desenvolvimento humano, o município que apresentou melhor resultado geral foi Santa Tereza do Tocantins, que se posicionou em 44º no estado, seguido por Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins, que se posicionaram entre os 50% piores municípios do estado, com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (Tabela 9). Mateiros se posicionou em 102º lugar, ao passo que, os outros cinco municípios da Regional se encontram entre os 25% piores.

Na ótica da produção, o PIB regional se divide entre os setores primário e terciário, com participação de 42,67% e 51,77% respectivamente. Entretanto, a participação regional no agregado do PIB tocaninense ainda é bastante tímida, chegando a apenas 1,71%, do total.

Observando a composição produtiva regional, por setores, Mateiros eleva a produção agrícola da região, sustentada, principalmente, pela produção de soja e milho, representando cerca de 1,11% do PIB agropecuário estadual. A composição do setor de serviços se destaca nos demais municípios, com ênfase na administração pública como grande fator para o Valor Agregado regional.

PRODUÇÃO E FLUXO AGROPECUÁRIO

A criação de bovinos e bubalinos de corte é o produto agropecuário de maior valor estimado da Regional, seguido pela soja (em grãos), conforme dados da Tabela 6.

A área plantada de eucalipto no Jalapão representou apenas 4% do total estadual em 2021, sendo que os municípios de Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo concentram 82% da plantação regional (Tabela 15).

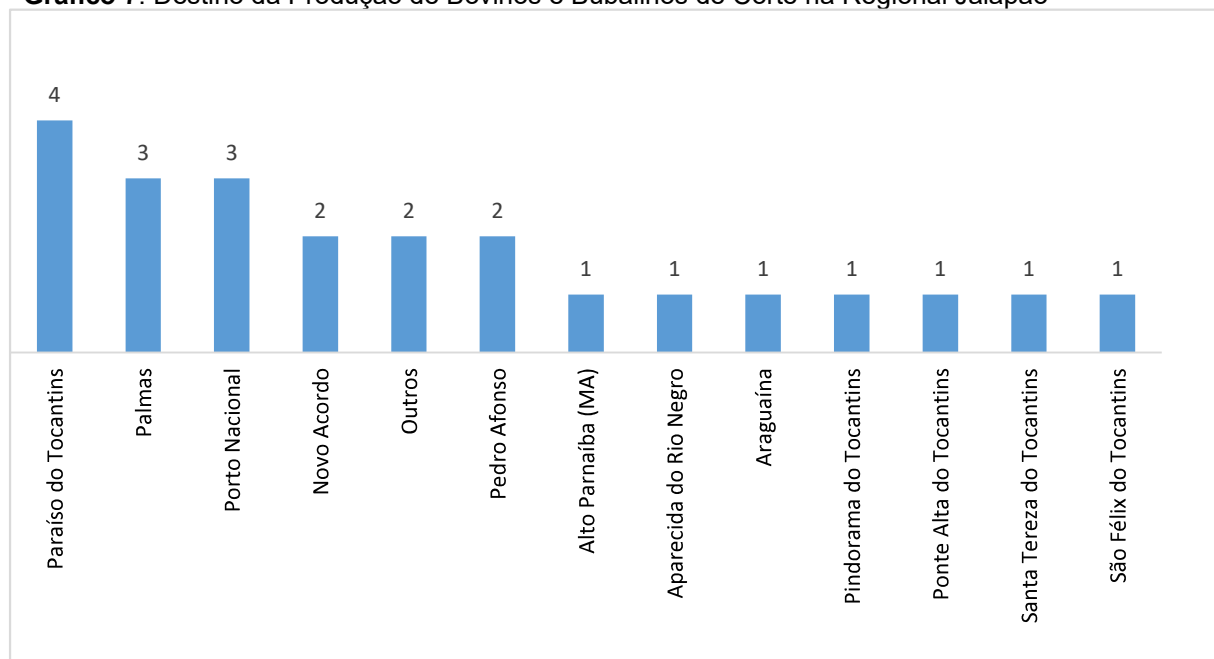
Tabela 6. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Jalapão segundo REGIC - 2018

Regional	Nº de Produtos	Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	Produto 5
Lagoa do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Novo Acordo	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Pindorama do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Ponte Alta do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Rio Sono	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Leite	-	-	-
Santa Tereza do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Lizarda	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Mateiros	1	Soja (em grão)	-	-	-	-
São Félix do Tocantins	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Mandioca	Suínos	-	-

Fonte: IBGE, 2020.

Com relação aos principais destinos da produção de bovinos e bubalinos de corte na Regional, se destacam os municípios de Paraíso do Tocantins (Centro Sub-Regional B) seguido por Porto Nacional (Centro Sub-Regional B) e Palmas (Capital Regional B), conforme demonstra o Gráfico 7.

Gráfico 7. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Jalapão



Fonte: IBGE, 2020.

REDE DE INFLUÊNCIA

Inter-regional

- Os municípios de *Lagoa do Tocantins*, *Novo Acordo*, *Ponte Alta do Tocantins*, *Rio Sono*, *Santa Tereza do Tocantins*, *Lizarda*, *Mateiros* e *São Félix do Tocantins* se subordinam ou vinculam diretamente a **Capital Regional B - Palmas**;
- O município de *Pindorama do Tocantins* ao **Centro Sub-Regional B - Porto Nacional**.

LIGAÇÃO ENTRE CIDADES

A **Capital Regional B - Palmas** tem um papel importante na oferta de bens e serviços para a Regional do Jalapão, além de ser o portal de entrada nacional e internacional para a sua região turística (Mapa 59).

As ligações intrarregionais (Mapa 60) são basicamente para atividades culturais e esportivas (Quadro 7). Já com relação as ligações inter-regionais, pode-se destacar o município de **Porto Nacional (Centro Sub-Regional B)**, que faz parte da **Regional Central**, que atrai deslocamentos de *Pindorama do Tocantins* para compra de vestuário e calçados, móveis e eletroeletrônicos, e serviços de saúde de baixa e média complexidade, além de atividades culturais e esportivas; de *Mateiros* para compra de vestuário e calçados e serviços de saúde de baixa e média complexidade e *Ponte Alta do Tocantins* para acessar serviços de saúde de baixa e média complexidade, ensino superior, atividades esportivas e transporte público.

A Regional Jalapão possui características geofísicas homogêneas e um traço comum na sua formação histórica.

Há deficiências na infraestrutura rodoviária, principalmente na parcela leste da Regional, com certo isolamento das cidades de Lizarda, São Félix do Araguaia e Mateiros, que ainda não possuem ligação por rodovias pavimentadas. Tais características impactam diretamente no processo de desenvolvimento

desses núcleos populacionais e na própria dinâmica de circulação intrarregional, como exposto anteriormente.

Há expressiva influência da capital Palmas nos deslocamentos de todos os municípios da Regional, onde a população tende a buscar a grande oferta de serviços e oportunidades característica da principal cidade e centro populacional do Tocantins. O município de Porto Nacional também se mostra como destino para os deslocamentos inter-regionais, de forma complementar a Palmas, com oferta de vagas no ensino superior e atendimento médico de baixa e média complexidade.

Os deslocamentos intrarregionais, como exposto anteriormente, em sua maioria, são voltados para atividades culturais e esportivas ou atividades mais simples. A dinâmica principal se divide em dois fatores principais, onde os municípios de Lagoa do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins servem a um propósito intermediário nos deslocamentos, ao passo que, a população regional busca se deslocar, principalmente, para Palmas e Porto Nacional, ao recorrer à atividades mais complexas.

6.7. REGIONAL SUL

A Regional Sul faz divisa com os estados de Goiás e Mato Grosso. Compreende 17 municípios tocantinenses. Abrange um território de 51.280,5 km² (18,5% do estado), sendo a maior dentre todas as regionais.

O município de Gurupi, no limite divisório de águas entre o rio Araguaia e rio Tocantins, às margens da BR-153 (Rodovia Belém-Brasília), terceira maior cidade do Tocantins, é polo regional de toda parte sul do estado. É nessa Regional que se encontra um dos maiores frigoríficos do estado, que exporta carne para 20 países. O setor agroindustrial dispõe do Parque Agroindustrial de Gurupi - PAIG, com diversas indústrias em funcionamento, destacando-se a frigorífica, a alimentícia, a metalurgia, a construção civil (pré-moldados), a de bebidas, de beneficiamento de arroz e de informática. A cidade é o centro de referência em saúde na região e conta com diversas universidades - destaque para a Universidade de Gurupi e os campus da Universidade Federal do Tocantins e do Instituto Federal do Tocantins - e duas escolas técnicas agrícolas.

A paisagem é marcada pela Depressão do Médio e Baixo Araguaia com altitude média de 200 metros, relevo plano e com predominância de plintossolo e gleissolo em áreas mais encharcadas (lençol freático mais elevado). Parte da área possui alta pluviosidade, próximo a 2.000 mm anuais, com moderada deficiência hídrica no inverno; tal fato possibilitaria a ocorrência original de formações florestais. No entanto, atualmente, restam poucos fragmentos que correspondem a um ecótono entre Floresta Ombrófila Aberta e Densa e Floresta Estacional Semidecidual. Embora seja considerada do bioma Cerrado, a região é de transição com o Bioma Amazônico, tendo ainda relação, em função de suas características, com o Bioma Pantanal. Por tratar-se de uma área plana e sujeita a inundações, o relevo atua como elemento fundamental no processo seletivo de ocorrência das diferentes tipologias vegetais.

Na Regional Sul a produção de lavouras temporárias tem relevância em quase todos os municípios, em particular nos municípios de Formoso do Araguaia. Ao sul, na região das várzeas tropicais tocantinenses, destaca-se o Projeto de Irrigação Rio Formoso, localizado no município de Formoso do Araguaia, na Bacia do Formoso. O referido perímetro conta com uma área irrigada atual de 16.397 ha, tendo sua principal produção centrada nas culturas de arroz, soja, milho e melancia. Apresenta uma área útil para irrigação de 27.787 ha e atualmente abriga o segundo maior cultivo estadual de melancia, combinando subirrigação com um solo de alta fertilidade. Dueré se destaca na pecuária e na silvicultura, que vêm crescendo em importância no estado.

Ocorrem predominantemente as diversas tipologias de Cerrado (cerradão, cerrado denso, sentido restrito e ralo), com distribuição muito relacionada aos níveis de intervenção antrópica a que foram submetidos. Algumas áreas de Cerrados mais conservadas são encontradas na APA Ilha do Bananal Cantão. Embora o plintossolo seja de menor aptidão agrícola, ele varia muito na sua condição de suportar pastagens, por isso, em muitas porções desse território, essa é a atividade produtiva predominante. Existe ainda uma forte atividade em áreas mais alagadas (gleissolos) de produção de arroz.

Em relação às Terras Indígenas, nessa Região está presente o Parque do Araguaia, localizado nos municípios de Lagoa de Confusão e Formoso do Araguaia.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A Regional Sul possui população total de 173.011 habitantes, segundo Censo Demográfico de 2022 (Tabela 10), com destaque para Gurupi, que concentra 49,20% da população regional e 5,63% da

população total do Tocantins. Destaca-se ainda, o município de Formoso do Araguaia com 10,91% da população do território. Apresenta densidade demográfica de 3,37 habitantes/km².

Gurupi se configura como o principal centro de influência, sendo classificada como um Centro Sub-Regional A, exercendo grande influência regional. Apresenta elevados índices de desenvolvimento humano para os padrões do Tocantins, se posicionando em 383º no ranking nacional de municípios, terceiro melhor resultado do estado, conforme exposto na Tabela 11.

A Regional ainda apresenta sete municípios dentro dos 20% melhores resultados de IDHM e apenas São Salvador do Tocantins dentro dos 25% piores resultados de acordo com a metodologia de cálculo apresentada no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, publicado pelo IBGE e sistematizado na Tabela 11.

Na ótica da produção, a regional agregou 13,94% do PIB estadual (Tabela 9). A dinâmica produtiva se configura principalmente no setor de serviços e no setor agropecuário, com 57,19% e 22,92% de toda a produção da região, respectivamente. Os municípios de Gurupi e Peixe contribuem para mais de 50% do Valor Agregado regional.

No setor agropecuário, dois municípios se destacam na produção de grãos: Peixe com a maior participação regional, 17,33%, e Formoso do Araguaia com 10,57% (Tabela 12). Gurupi concentra 55,86% do valor agregado do setor de serviços, amparado na administração pública e no comércio.

A Regional ainda apresentou 14,98% de toda a produção industrial do estado. No entanto, tal resultado foi concentrado na produção de energia elétrica de Peixe, com 42,86 do PIB industrial da Regional, além de Gurupi, que agregou cerca de 30%.

PRODUÇÃO E FLUXO AGROPECUÁRIO

A criação de bovinos e bubalinos de corte é o produto agropecuário de maior valor estimado em todos os municípios da Regional. Cabe destacar que o segundo produto de maior valor estimado, a soja em grãos, é considerado em 11 dentre os 17 municípios da Regional, conforme sistematizado na Tabela 7.

A área plantada de eucalipto na Regional Sul representou 11% do total estadual em 2021, sendo que os municípios de Crixás do Tocantins, Aliança do Tocantins e Dueré somam 73% da plantação regional (Tabela 15).

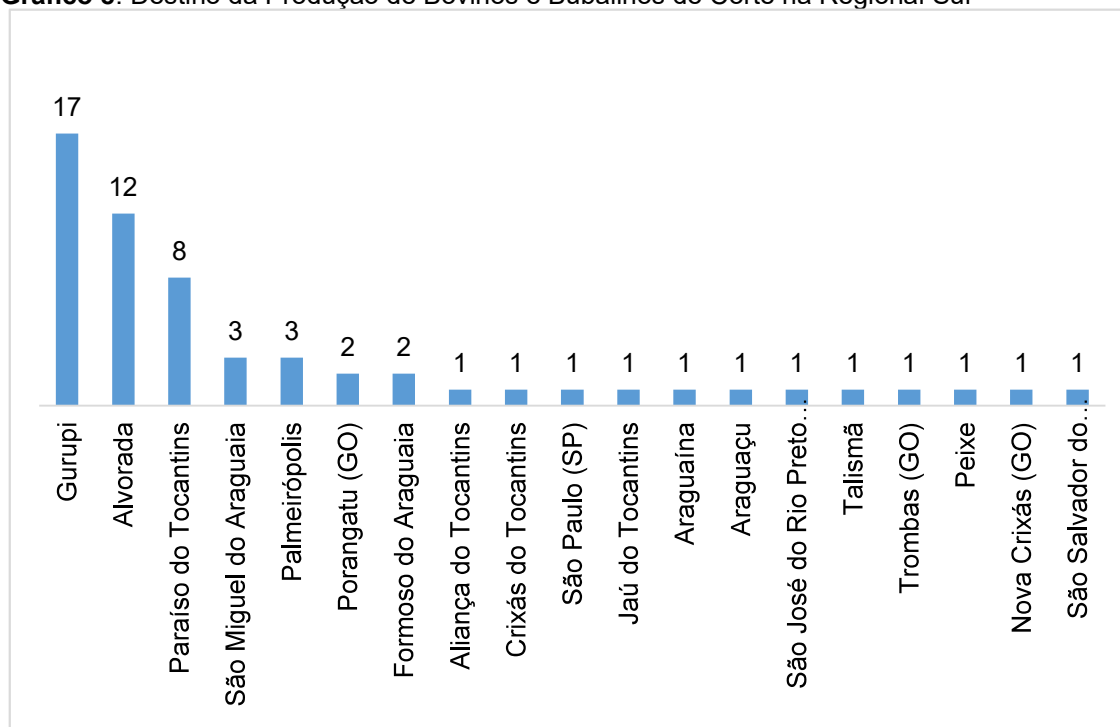
Conforme demonstra o Gráfico 8, ao se analisar os destinos principais da produção de bovinos e bubalinos de corte na Regional Sul, identifica-se que os municípios de Gurupi (Centro Sub-Regional A), Alvorada e Paraíso do Tocantins (Centro Sub-Regional B) exercem maior influência na destinação da produção.

Tabela 7. Fluxos Agropecuários por Produto da Regional Sul segundo REGIC - 2018

Regional	Nº de Produtos	Produto 1	Produto 2	Produto 3	Produto 4	Produto 5
Alvorada	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Araguaçu	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Figueirópolis	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Sandolândia	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Talismã	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Aliança do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Cariri do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Crixás do Tocantins	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	Arroz (em casca)	-	-
Dueré	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Arroz (em casca)	-	-	-
Formoso do Araguaia	3	Bovinos e Bubalinos de corte	Arroz (em casca)	Soja (em grão)	-	-
Gurupi	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Santa Rita do Tocantins	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Sucupira	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Jaú do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-
Palmeirópolis	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
Peixe	2	Bovinos e Bubalinos de corte	Soja (em grão)	-	-	-
São Salvador do Tocantins	1	Bovinos e Bubalinos de corte	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2020).

Gráfico 8. Destino da Produção de Bovinos e Bubalinos de Corte na Regional Sul



Fonte: IBGE, 2020.

REDE DE INFLUÊNCIA

Intrarregional

- Os municípios de *Aliança do Tocantins*, *Alvorada*, *Araguaçu*, *Cariri do Tocantins*, *Crixás do Tocantins*, *Dueré*, *Figueirópolis*, *Formoso do Araguaia*, *Jaú do Tocantins*, *Palmeirópolis*, *Peixe*, *Sandolândia* e *Sucupira* se subordinam ou vinculam diretamente ao **Centro Sub-Regional A - Gurupi**;
- O município de *São Salvador do Tocantins* ao **Centro de Zona B - Palmeirópolis**.

Inter-regional

- Os municípios de *Gurupi* e *Santa Rita do Tocantins* se subordinam ou vinculam diretamente à **Capital Regional B - Palmas**.

Interestadual

- O município de *Talismã* se subordina ou vincula diretamente à cidade de **Porangatu (GO)**.

LIGAÇÃO ENTRE CIDADES

A Regional Sul concentra suas ligações no município de **Gurupi (Centro Sub-Regional A)**, terceira maior cidade do estado do Tocantins. Seu desenvolvimento econômico e social tem impactos positivos no sul do Tocantins como um todo, contribuindo para o crescimento de municípios vizinhos (Mapa 61). É um grande polo de produção de grãos, como soja e milho, além de contar com uma significativa produção de carne bovina. Também é sede de instituições de ensino superior, como universidades e

faculdades, o que atrai estudantes de diversas partes do estado, além de importante centro comercial e de serviços.

Gurupi se desenvolveu com a construção da BR-153, tornando-se o principal núcleo urbano do Sul do Tocantins, atuando em complemento de influência com a capital Palmas. Pela proximidade com a divisa do estado de Goiás, naturalmente, a Regional Sul recebe influência dos municípios do norte de Goiás e da capital Goiânia.

Palmas é o centro das atividades políticas e administrativas do estado, e isso se reflete na Regional Sul. A capital desempenha um papel crucial para essa Regional ao concentrar atividades administrativas, políticas, econômicas e educacionais que afetam diretamente essa parte do estado. A conexão através da infraestrutura de transporte facilita a conexão com outras partes do estado e do país, fomentando o comércio, o turismo e as atividades econômicas.

Os deslocamentos inter-regionais (Mapa 62) são basicamente para acessar transporte público, conforme sistematizado no Quadro 11. A cidade de **Santa Rita do Tocantins** é exceção, pois, devido à maior proximidade, busca atendimento para saúde de baixa e média complexidade em **Porto Nacional** (Regional Central) e para compra de vestuário, calçados, móveis e eletroeletrônicos recorre ao município de **Paraíso do Tocantins** (Regional Vale do Araguaia).

A proximidade entre o Sul do Tocantins e o estado de Goiás permite que pacientes dessa região tenham acesso mais rápido a hospitais e especialidades médicas principalmente na capital **Goiânia (Arranjo Populacional)**. Com relação ao acesso a aeroportos, as cidades do Sul do Tocantins localizadas próximas a cidades do estado de Goiás que possuam aeroportos, tem um acesso mais conveniente a voos comerciais e serviços de transporte aéreo.